

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 005/2026

OBJETO

Contratação de solução operacional destinada à mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, com fornecimento de meios apropriados e equipe profissional habilitada, em atendimento à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 120.301.500,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/02/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1. PREÂMBULO:

1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

1.2 PROCESSO Nº 582/2026

1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de solução operacional destinada à mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, com fornecimento de meios apropriados e equipe profissional habilitada, em atendimento à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

2.2 A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência – ANEXO I do presente Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3 O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

3.1 A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

Data da sessão: 20/02/2026

Horário: 10h00min

Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos

Local: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO

Modo de Disputa: ABERTO.

4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal, segundo dados abaixo:

- PT: 16.12.361.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.364.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.361.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.364.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.361.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.364.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.361.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.364.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704

4.2 Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.3 O valor estimado da contratação será de **R\$ 120.301.500,00 (cento e vinte milhões trezentos e um mil e quinhentos reais).**

5. DA RETIRADA DO EDITAL:

5.1 As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

5.2 As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

6. DOS ESCLARECIMENTOS:

6.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

6.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.4 Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

6.4.1 Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1 DO CREDENCIAMENTO

7.1.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

7.1.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

7.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

7.1.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

7.1.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.6 O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

7.1.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.2 Da condição de participação no Pregão:

7.2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

7.2.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

7.2.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.4 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Somente poderão participar deste PREGÃO

ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.7 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

7.2.8 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.9 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

7.2.10 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.11 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

7.2.13 A participação é ampla concorrência para todos os portes de empresa.

7.3 Não poderão participar desta licitação:

7.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

7.3.2 Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

7.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

7.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

7.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

7.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados

pela legislação trabalhista.

7.3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.3.10 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

7.4 O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.7 O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.9 A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I.

8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, cada qual em seu campo próprio, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a

proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

8.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

8.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

9.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.2 Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

9.3 Marca/modelo.

9.4 Fabricante.

9.5 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

9.6 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos (Anexo IV deste Edital) nas

normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

9.12 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.15 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.16 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

9.17 Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

9.18 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor por item.

10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para o item 01, R\$ 3.000,00 (três mil reais), para o item 02 e R\$ 1.000,00 (um mil reais), para o item 03.**

10.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

10.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

10.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18 Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

10.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

10.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

10.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

10.21.2.2 Empresas brasileiras.

10.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo .

10.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.22.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.6 Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO:

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 SICAF.

11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.5 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

11.1.6 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

11.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

11.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1 Contiver vícios insanáveis.

11.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

11.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

11.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

11.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.12.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.12.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

12.1 Habilitação jurídica:

12.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

12.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

12.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

12.2.4 Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.6 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.2.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3 Qualificação Econômico-Financeira:

12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

12.3.1.1 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

12.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.3.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os**

Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

12.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.4.1 Registro e regularidade junto ao DETRO/RJ (Transporte Rodoviário Intermunicipal e trânsito em rodovias estaduais)

12.4.1.1 A licitante deverá comprovar que se encontra regular e apta perante o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ, mediante apresentação de documento hábil que evidencie sua autorização/registro/cadastro vigente, conforme as normas aplicáveis ao

transporte coletivo de passageiros, quando exigível.

12.4.1.2 A exigência prevista no subitem anterior justifica-se tecnicamente em razão de que, embora parte das rotas possua natureza municipal, o traçado operacional efetivo poderá envolver deslocamentos que atravessam ou utilizam trechos de rodovias estaduais, circunstância que demanda aderência às regras de fiscalização, regularidade operacional e segurança sob competência estadual, sem prejuízo de outras normas incidentes.

12.4.1.3 O atendimento a este requisito visa assegurar que a futura contratada possua capacidade regulatória mínima, estrutura de operação compatível e aptidão formal para execução do serviço, resguardando a Administração quanto aos princípios da segurança jurídica, eficiência, continuidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.4.2 Atestado(s) de capacidade técnica – comprovação mínima de 50% por item

12.4.2.1 A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, demonstrando experiência mínima equivalente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade demandada para cada item para o qual esteja concorrendo, considerando-se:

- I.** Item 01 – Ônibus Urbano Municipal;
- II.** Item 02 – Ônibus Rodoviário;
- III.** Item 03 – Micro-ônibus.

12.4.2.2 Para fins de aferição da compatibilidade, serão observados, de forma objetiva, os critérios de similaridade e pertinência técnica, considerando, no mínimo:

- I.** natureza do serviço (transporte regular/continuado de passageiros);
- II.** tipo de veículo empregado (urbano/rodoviário/micro);
- III.** volume operacional (quantitativos e/ou frota disponibilizada);
- IV.** regularidade e continuidade da execução (rotina operacional e atendimento programado).

12.4.2.3 A exigência do quantitativo mínimo de 50% por item encontra-se tecnicamente motivada:

- I.** pelo vulto da contratação, em razão do quantitativo operacional estimado e do caráter continuado do serviço;
- II.** pela criticidade e delicadeza do objeto, considerando que o transporte atende majoritariamente crianças e adolescentes, demandando padrões reforçados de confiabilidade, segurança, continuidade e previsibilidade operacional;
- III.** pela necessidade de mitigação de riscos de descontinuidade do serviço público essencial, com observância aos princípios da eficiência, segurança jurídica, interesse público e planejamento, conforme Lei nº 14.133/2021.

12.4.2.4 Será admitida a apresentação de mais de um atestado para composição do quantitativo mínimo exigido, desde que, em conjunto, atendam integralmente ao percentual estabelecido para o item disputado e guardem compatibilidade técnica com o objeto.

12.4.2.5 Os atestados deverão ser apresentados exclusivamente em nome da matriz da licitante, não

sendo admitidos atestados emitidos em nome de filiais, por se tratar de requisito de qualificação técnica diretamente vinculado à identificação do sujeito licitante e à aferição objetiva de sua capacidade operacional central, para fins de segurança jurídica, padronização documental e rastreabilidade do julgamento.

12.4.2.6 Os atestados deverão conter, obrigatoriamente, informações mínimas que permitam a aferição objetiva e a rastreabilidade, incluindo:

- I. identificação completa do emitente (razão social, CNPJ, endereço);
- II. identificação do contratado (razão social e CNPJ da matriz);
- III. descrição clara do objeto executado;
- IV. período de execução e localidade;
- V. quantitativos executados e/ou frota empregada;
- VI. nome, cargo e assinatura do responsável pelo atesto;
- VII. meios de contato verificáveis do emitente (telefone institucional, e-mail e/ou endereço funcional).

12.4.2.7 Os atestados e certidões apresentados poderão ser submetidos à verificação quanto à veracidade de seu conteúdo pelo Pregoeiro/Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sempre que necessário, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 337-F do Código Penal, sem prejuízo de outras providências administrativas e legais cabíveis.

12.4.3 Declaração de disponibilidade de garagem em raio máximo de 15 km

12.4.3.1 A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, quando da contratação, de garagem operacional localizada em raio máximo de 15 km da sede da Secretaria Municipal de Educação, destinada ao apoio logístico, estacionamento, mobilização, substituição e pronta resposta operacional da frota.

12.4.3.2 A exigência possui motivação técnica e operacional, visando:

- I. assegurar capacidade de resposta imediata em caso de falhas mecânicas, atrasos, substituições e contingências;
- II. garantir continuidade do serviço e mitigação de riscos de interrupção;
- III. reduzir tempo de deslocamento para atendimento corretivo e reposição de frota, em alinhamento com a obrigação de regularidade e previsibilidade do transporte.

12.4.4 Declaração de disponibilidade de frota reserva operacional mínima por item (10%)

12.4.4.1 A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, quando da contratação, de frota reserva operacional mínima por item, equivalente a 10% (dez por cento) da frota demandada/contratada no respectivo item, destinada exclusivamente à cobertura de substituições, contingências e manutenção da continuidade do serviço.

12.4.4.2 A frota reserva operacional constitui requisito essencial de segurança e continuidade, compatível com a criticidade do serviço, com a finalidade de evitar:

- I. descontinuidade do transporte por indisponibilidade de veículos;

II. prejuízo ao calendário escolar e à mobilidade dos beneficiários;

III. riscos à segurança e à previsibilidade do serviço público.

12.4.5 Declaração de mobilização inicial mínima (50% da frota em até 07 dias)

12.4.5.1 A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) da frota demandada/contratada, no prazo máximo de 07 (sete) dias contados da assinatura do contrato, como condição de mobilização inicial da operação.

12.4.5.2 O requisito visa garantir prontidão operacional compatível com o interesse público, considerando que a prestação do serviço é contínua, programada e vinculada à execução de política pública educacional, sendo inadmissível a defasagem de frota que comprometa o início regular do atendimento.

12.4.6 Declaração de recebimento de documentos e ciência das condições locais

12.4.6.1 A licitante deverá apresentar declaração formal de que:

- I.** recebeu todos os documentos necessários para participação;
- II.** tomou conhecimento de todas as informações e condições locais relevantes à execução do objeto;
- III.** possui plena ciência das rotas, peculiaridades operacionais e exigências do Termo de Referência, assumindo responsabilidade pela proposta apresentada.

12.4.7 Vistoria técnica facultativa (loais e rotas) e Atestado de Visita

12.4.7.1 O licitante interessado poderá realizar vistoria técnica nos locais e nas rotas onde serão executados os serviços, inclusive rotas municipais e intermunicipais, com a finalidade de conhecer as condições reais de execução, características viárias, logística de mobilização, horários e demais variáveis operacionais relevantes.

12.4.7.2 O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

12.4.7.3 Para realização da vistoria, o licitante deverá estar devidamente identificado, observando-se as orientações administrativas e de segurança, devendo apresentar, em sua documentação de habilitação, o respectivo Atestado de Visita, assinado por representante indicado pela Administração.

12.4.8 Declaração de não realização de vistoria

12.4.8.1 Caso a licitante opte pela não realização da vistoria prevista no subitem 22.4.7, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, informando que:

- I.** possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;
- II.** assume total responsabilidade pela não realização da vistoria;
- III.** não utilizará tal prerrogativa para alegações futuras que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

12.4.9 Rastreabilidade documental e exigência de informações de contato do emitente

12.4.9.1 Toda a documentação apresentada para fins de qualificação técnica deverá conter informações suficientes para permitir contato com o emitente/atestante, inclusive endereço, telefone e e-mail válidos, de modo a viabilizar eventual aferição e rastreabilidade, quando necessário.

12.4.10 Consequência da não apresentação – inabilitação imediata

12.4.10.1 A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos neste item 22.4 – Qualificação Técnica, nos termos, formas e condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, ensejará a imediata inabilitação da licitante, por descumprimento objetivo de requisito de habilitação técnica.

12.4.10.2 A inabilitação será formalizada de modo motivado, com registro nos autos e observância ao devido processo administrativo, resguardando-se os princípios do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, segurança jurídica e interesse público.

12.4.11 Observações sobre diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) x vedação de inclusão de documento inexistente

12.4.11.1 Para fins de interpretação e aplicação das regras de habilitação técnica previstas neste Termo de Referência e no Edital, esclarece-se que a Administração poderá promover diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente com a finalidade de:

- I. esclarecer informações já constantes da documentação apresentada;
- II. sanar dúvidas objetivas quanto ao conteúdo de documento já juntado;
- III. confirmar autenticidade, validade ou consistência formal de documento existente;
- IV. complementar informações acessórias que não impliquem alteração substancial do conteúdo originalmente apresentado.

12.4.11.2 A realização de diligência não se confunde com a possibilidade de apresentação tardia de documento essencial inexistente no momento oportuno da habilitação, sendo expressamente vedada a utilização do procedimento diligencial como meio de:

- I. suprir ausência de documento obrigatório;
- II. inserir documento novo que deveria ter sido apresentado no prazo regular de habilitação;
- III. alterar substancialmente o conteúdo da documentação originalmente apresentada, de forma a modificar o resultado objetivo do julgamento.

12.4.11.3 Assim, a diligência administrativa constitui instrumento de formalismo moderado e racionalidade procedimental, voltado à preservação da competitividade e à busca do melhor resultado para a Administração, porém não pode ser utilizada para afastar a vinculação ao instrumento convocatório, tampouco para permitir tratamento desigual entre licitantes.

12.4.11.4 Desse modo, eventual ausência de documento obrigatório previsto no item 22.4 – Qualificação Técnica configura descumprimento objetivo de requisito de habilitação, ensejando a inabilitação imediata, não sendo admissível sua juntada posterior em sede de diligência, recurso ou contrarrazões, sob pena de violação aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, segurança jurídica e vinculação ao edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.4.11.5 O presente subitem visa conferir máxima clareza e previsibilidade ao procedimento, assegurando que a análise de habilitação observe critérios objetivos, rastreáveis e uniformes, com mitigação de riscos de nulidade, favorecimento indevido ou flexibilização incompatível com a legalidade estrita aplicável à fase de habilitação.

12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV

12.6 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.14 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.15 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15.1 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro.

12.16 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

12.17 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não

alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.15.1.

12.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo II – MODELO deste Edital, obedecendo as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

13.1.2 Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

b) Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

c) Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

d) Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

e) Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

f) Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

g) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5.1 Serão desclassificadas ainda as propostas que:

- a)** Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.
- b)** Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.
- c)** Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d)** Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e)** Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f)** Que contenha emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g)** A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

13.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.8 O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

13.9 Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.4.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.4.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processolicitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 Disposições gerais e finalidade

17.1.1 As garantias previstas neste Termo de Referência possuem natureza instrumental e assecuratória, destinando-se a:

- I.** mitigar riscos de desistência imotivada, comportamento oportunista ou não manutenção das condições ofertadas na fase de proposta;
- II.** reforçar a seriedade das propostas e a confiabilidade do certame, em especial diante da criticidade do serviço (mobilidade regular de beneficiários vinculados à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação) e da necessidade de continuidade;
- III.** resguardar a Administração quanto a eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento, execução irregular, atrasos de mobilização e demais hipóteses disciplinadas em edital, ARP e eventual contrato.

17.1.2 As garantias serão exigidas e processadas por item do SRP, considerando a estrutura do objeto e a possibilidade de julgamento/adjudicação por item (Item 1 – ônibus urbano; Item 2 – ônibus rodoviário; Item 3 – micro-ônibus), observadas as regras do edital, da ARP e do instrumento contratual.

17.2 Garantia de Proposta (1% do valor global do item)

17.2.1 Exigência e base de cálculo

17.2.1.1 Será exigida garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento), calculada sobre o valor global estimado do respectivo item para o qual a licitante apresentar proposta, como condição de participação e de validação da proposta no certame, nos termos do edital e da Lei nº 14.133/2021.

17.2.1.2 A licitante que concorrer a mais de um item deverá apresentar garantia individualizada por item, proporcional ao respectivo valor global do item.

17.2.2 Modalidades admitidas

17.2.2.1 A garantia de proposta poderá ser prestada por meio de uma das modalidades legalmente admitidas (a serem detalhadas no edital), tais como:

- I.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II.** seguro-garantia;
- III.** fiança bancária.

17.2.2.2 A garantia deverá ser apresentada com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, admitida prorrogação quando necessário, mediante formalização.

17.2.3 Hipóteses de execução/retensão

17.2.3.1 A garantia de proposta poderá ser executada, total ou parcialmente, conforme o caso, nas hipóteses previstas no edital e na legislação aplicável, notadamente quando houver:

- I.** retirada da proposta durante o prazo de validade, sem justificativa aceita pela Administração;
- II.** recusa injustificada em assinar a ARP e/ou o contrato, quando convocada, nos prazos e condições previstos;
- III.** não apresentação de documentos necessários à formalização, quando exigidos no momento próprio, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.2.3.2 A execução da garantia de proposta não afasta a aplicação de penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

17.2.4 Restituição/liberação

17.2.4.1 A garantia de proposta será devolvida/liberada às licitantes não vencedoras após a conclusão das fases pertinentes e a consolidação do resultado, observadas as cautelas de segurança jurídica e a tramitação recursal.

17.2.4.2 Para a licitante vencedora, a garantia de proposta será liberada após a formalização da ARP/contrato e a substituição, quando aplicável, pela garantia contratual, ressalvadas hipóteses de execução previstas no edital.

17.2.5 A exigência de garantia de proposta tem por finalidade reforçar a seriedade das ofertas, preservar a isonomia entre os licitantes, assegurar tratamento igualitário aos concorrentes efetivamente aptos e mitigar a participação de interessados que atuem de forma aventureira ou meramente protelatória, contribuindo para a eficiência, segurança jurídica e regularidade do certame.

17.3 Garantia Contratual (5% do valor global contratado)

17.3.1 Exigência, base de cálculo e finalidade

17.3.1.1 Será exigida garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, como condição para assinatura do contrato e/ou para emissão de ordem de início, quando assim definido no instrumento convocatório.

17.3.1.2 A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto a:

- I.** mobilização inicial da operação dentro do prazo pactuado;
- II.** manutenção contínua da capacidade operacional e do atendimento às Ordens de Serviço;
- III.** manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%), quando aplicável;
- IV.** disponibilidade de motoristas habilitados e monitores quando aplicável, conforme requisitos do TR;
- V.** substituição tempestiva de veículos, continuidade e regularidade do serviço;
- VI.** reparação de danos, ressarcimentos, multas e demais obrigações pecuniárias decorrentes de inadimplemento.

17.3.2 Prestação por item/contrato e adequação ao SRP

17.3.2.1 Considerando a lógica do SRP, a garantia contratual será exigida no momento da formalização do contrato decorrente da ARP, tomando por base o valor global do contrato (por item ou por conjunto de itens efetivamente contratados), conforme a forma de contratação adotada pela Administração.

17.3.2.2 Em contratações por item (adjudicação e contratação segregadas), a garantia será calculada e prestada de forma individualizada para o respectivo contrato do item.

17.3.3 Modalidades admitidas

17.3.3.1 A garantia contratual poderá ser prestada por uma das modalidades legalmente admitidas (a serem detalhadas no edital/contrato), tais como:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

17.3.3.2 A garantia deverá permanecer válida e vigente por todo o prazo contratual, e, quando cabível, por período adicional para cobertura de obrigações remanescentes, inclusive glosas, multas, ressarcimentos e responsabilidades verificadas ao final da execução, conforme disciplinado no contrato.

17.3.4 Reposição, complementação e atualização

17.3.4.1 A contratada deverá repor ou complementar a garantia no prazo a ser fixado no contrato, sempre que:

- I. houver execução parcial;
- II. houver aumento do valor contratual que implique majoração do valor garantido;
- III. houver prorrogação contratual que exija ajuste da vigência da garantia.

17.3.4.2 A ausência de reposição/complementação, quando devida, constituirá descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às medidas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021 (inclusive suspensão de pagamentos, glosas, e demais providências cabíveis, conforme motivação).

17.3.5 Hipóteses de execução da garantia contratual

17.3.5.1 A garantia contratual poderá ser executada, no todo ou em parte, para cobertura de prejuízos decorrentes de inadimplemento, incluindo, sem prejuízo de outros previstos no contrato:

- I. atraso injustificado na mobilização inicial (incluindo a obrigação de apresentação mínima de frota em prazo definido);
- II. não disponibilização/manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%), quando aplicável;
- III. ausência de monitor quando exigível por tipo de veículo/rota;
- IV. substituição tardia de veículo, falhas recorrentes de disponibilidade, ou interrupção do serviço;
- V. multas aplicadas, glosas definitivas, ressarcimentos e indenizações decorrentes de falhas de execução;
- VI. despesas administrativas necessárias para assegurar continuidade emergencial do serviço, quando imputáveis à contratada.

17.3.5.2 A execução da garantia não substitui nem limita a responsabilização administrativa, civil e/ou outras medidas sancionatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

17.3.6 Liberação da garantia contratual

17.3.6.1 A liberação da garantia contratual ocorrerá após o encerramento da execução, com a devida comprovação de cumprimento integral das obrigações, observados:

- I. o recebimento definitivo/atesto final, quando aplicável;
- II. a inexistência de pendências administrativas (multas, glosas, ressarcimentos) ou a sua adequada

composição;

- III.** a conclusão de apurações de responsabilidade em curso, quando houver, sem prejuízo do devido processo.

17.3.6.2 Havendo pendências, a Administração poderá reter a garantia até sua solução, de forma motivada e proporcional.

17.4 Regras de governança, devido processo e compatibilidade com controle externo

17.4.1 A exigência, manutenção, execução e liberação das garantias observarão os princípios da Lei nº 14.133/2021, notadamente legalidade, motivação, eficiência, economicidade, segurança jurídica, transparência, julgamento objetivo e segregação de funções.

17.4.2 Qualquer execução de garantia será precedida de registro formal das ocorrências, instrução mínima, contraditório e motivação, assegurando rastreabilidade e conformidade com padrões de controle (TCE/TCU).

17.4.3 As garantias não serão utilizadas como mecanismo de restrição indevida à competitividade; sua previsão é vinculada ao risco do objeto e à necessidade de continuidade do serviço público essencial, em coerência com o planejamento e com os requisitos operacionais pactuados.

18. DO TERMO DE CONTRATO:

18.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

18.2 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

18.3 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

20.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1.1 As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

20.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.2.1 As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

21. DO PAGAMENTO:

21.1 As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no

Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.2 O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

22.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

23.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminhá-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.6 As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão da Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

24.2 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, procedimentos de adesão, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados à Ata de Registro de Preços, que regerá as contratações decorrentes deste certame.

24.3 DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

24.3.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e

indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

24.3.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

25.1 Após a homologação e adjudicação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:

25.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

25.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

25.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

25.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

25.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

25.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

(b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

25.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

25.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

25.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10 Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

26.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo

permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- 26.12.1** ANEXO I – Termo de Referência;
- 26.12.2** ANEXO II – Modelo Proposta de Fornecimento;
- 26.12.3** ANEXO III – Valor Estimado;
- 26.12.4** ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;
- 26.12.5** ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 26.12.6** ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.
- 26.12.7** ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 26.12.8** ANEXO VIII – Cadastro Reserva.

Araruama, 20 de fevereiro de 2026.

VALERIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Contratação de solução operacional destinada à mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, com fornecimento de meios apropriados e equipe profissional habilitada, em atendimento à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

Para tanto, o presente Termo de Referência tem por objeto a formação de Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos, com fornecimento de motoristas, visando atender às demandas de transporte vinculadas à Secretaria Municipal de Educação do Município de Araruama/RJ, abrangendo:

- I)** Transporte escolar municipal, destinado ao atendimento da rede pública municipal de ensino;
- II)** Transporte universitário, destinado ao deslocamento de estudantes para instituições de ensino superior situadas em outros municípios, conforme programação oficial.

A contratação compreende a disponibilização de veículos em perfeitas condições de uso e segurança, com a execução dos serviços de forma contínua, regular e adequada, incluindo todos os recursos necessários ao pleno atendimento do objeto, tais como: motoristas habilitados, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata de veículos, documentação regular, seguros obrigatórios e demais providências operacionais inerentes ao serviço.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O Município de Araruama apresenta características territoriais, sociais e educacionais que tornam indispensável a prestação do serviço público de transporte escolar em caráter regular, permanente e ininterrupto. Trata-se de um município de grande extensão geográfica, composto por distritos, bairros rurais, localidades litorâneas, áreas de difícil acesso e comunidades dispersas territorialmente, que frequentemente se encontram distantes dos polos educacionais.

Nesse cenário, a disponibilização de transporte escolar pela Administração Pública constitui condição material necessária para que milhares de estudantes possam exercer plenamente o direito fundamental à educação, assegurado pelo art. 208, VII, da Constituição Federal, especialmente no que tange ao acesso e à permanência na escola.

A Secretaria Municipal de Educação – SEDUC identificou, com base em levantamentos recentes:

- mais de 10 mil alunos dependentes do transporte escolar para frequentar diariamente as unidades de ensino;
- atendimento distribuído em 45 unidades escolares, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e modalidades complementares;
- rotas que envolvem zonas urbanas, comunidades rurais, regiões de difícil acesso, vias não pavimentadas, trajetos que exigem veículos específicos e motoristas devidamente capacitados;
- necessidade de deslocamento seguro e regular também para atividades pedagógicas complementares, avaliações externas, reforço escolar, programas educacionais e projetos extracurriculares.

As distâncias percorridas diariamente pelos veículos podem variar significativamente, considerando:

- deslocamentos internos dentro dos próprios distritos;
- ligações interbairros;
- trajetos entre localidades rurais e unidades escolares centrais;
- condições climáticas que impactam a trafegabilidade de vias não pavimentadas.

Além disso, o serviço deve atender:

- horários distintos por turno (manhã, tarde e, eventualmente, noite);
- demandas sazonais, como início e final do ano letivo, feriados prolongados e alterações de matrícula;
- eventos pontuais, como olimpíadas escolares, feiras, festivais pedagógicos e atividades itinerantes.

A necessidade de transporte escolar abrange ainda situações emergenciais, tais como:

- substituição de veículos por falha mecânica;
- adequações de rotas motivadas por intempéries;
- alterações geográficas decorrentes de obras públicas;
- suporte eventual a unidades que ampliem sua capacidade de atendimento.

Diante dessas circunstâncias, o transporte escolar assume natureza de serviço essencial, classificado como execução continuada, cuja interrupção:

- comprometeria o calendário letivo;
- prejudicaria o desenvolvimento pedagógico dos estudantes;
- geraria evasão escolar, especialmente em áreas rurais;
- impactaria diretamente o direito fundamental à educação.

Por tais razões, a contratação deve garantir:

- regularidade operacional;
- pontualidade;
- segurança no transporte;
- qualidade dos veículos;
- manutenção preventiva e corretiva;
- monitoramento da execução;
- adaptabilidade às condições geográficas e sazonais do Município.

Assim, resta plenamente demonstrada a necessidade de contratação de empresa especializada em transporte escolar, de forma abrangente, adequada e compatível com o perfil territorial e educacional de Araruama.

Ressalte-se, ainda, que o serviço de transporte escolar possui elevado grau de criticidade, por se tratar de atividade diretamente vinculada ao direito fundamental à educação e à proteção integral de crianças e adolescentes, não admitindo descontinuidade, interrupções ou falhas operacionais. Eventual paralisação ou execução inadequada do serviço impacta de forma imediata o acesso e a permanência dos alunos na rede municipal de ensino, comprometendo o calendário letivo, a frequência escolar e a própria efetividade das políticas públicas educacionais.

Diante desse cenário, mostra-se indispensável que a solução contratual assegure capacidade operacional imediata, com estrutura técnica, logística e de recursos humanos suficiente para responder prontamente a intercorrências, substituições de veículos, ajustes de rotas e demandas emergenciais, garantindo a continuidade, regularidade e segurança da prestação do serviço ao longo de todo o período letivo.

3 - DA METODOLOGIA:

3.1 A futura e eventual contratação será realizada para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação pelo período estimado de 12 (doze) meses, mediante Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, notadamente os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

3.2 Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar maior competitividade, julgamento objetivo e adequação técnica, o certame será estruturado com divisão por ITENS, conforme especificações e quantitativos constantes da tabela do item 4.1 deste Termo de Referência, facultando-se às licitantes a participação em um ou mais itens, de acordo com seu interesse e capacidade operacional, devendo apresentar proposta completa para cada item em que optar por concorrer.

3.3 A divisão por itens decorre da necessidade de atendimento a diferentes perfis de deslocamento e públicos beneficiários, razão pela qual cada item possui finalidade operacional específica, assim definida:

I – Item 01: Ônibus Urbano Municipal

Destinado ao atendimento da rede municipal de ensino, contemplando deslocamentos regulares de estudantes em rotas urbanas e periurbanas, incluindo embarque e desembarque frequentes, compatíveis com a dinâmica operacional do transporte escolar municipal.

II – Item 02: Ônibus Rodoviário

Destinado prioritariamente ao transporte de estudantes universitários atendidos pela política pública municipal, especialmente para deslocamentos intermunicipais, considerando trajetos de maior distância, necessidade de maior conforto operacional e características técnicas compatíveis com rodovias e deslocamentos prolongados.

III – Item 03: Micro-ônibus

Destinado ao transporte complementar e/ou intermunicipal de universitários, bem como ao atendimento de rotas específicas que demandem veículo de menor porte, considerando particularidades de acesso, logística de itinerários e otimização da mobilidade, mantendo-se a compatibilidade com as exigências de segurança e regularidade do serviço.

3.4 A divisão do objeto por itens visa permitir a seleção de propostas mais vantajosas para cada tipologia de veículo, assegurando compatibilidade técnica com as necessidades da Administração, além de ampliar a

disputa entre licitantes e reduzir barreiras à participação, em observância aos princípios da competitividade, isonomia, eficiência, economicidade e julgamento objetivo, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.5 O parcelamento do objeto observa o entendimento consolidado dos órgãos de controle, no sentido de que a Administração deve, sempre que possível, promover a divisão do objeto quando tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sem prejuízo da economia de escala, conforme orientação constante da Súmula nº 247 do TCU, bem como em consonância com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, ao dispor que o planejamento das contratações deve considerar, dentre outros aspectos, o parcelamento quando adequado às condições do mercado e ao interesse público.

3.6 Registra-se, ainda, que a adoção de divisão por itens mostra-se medida tecnicamente necessária e juridicamente adequada, na medida em que evita a imposição de solução única para demandas operacionais distintas, assegurando que cada tipologia de veículo seja selecionada conforme suas características próprias de uso, trajeto, perfil dos beneficiários e condições de circulação, prevenindo contratações inadequadas, mitigando riscos de descontinuidade do serviço e reforçando a aderência do objeto às necessidades efetivas da Administração, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, interesse público e segurança jurídica.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADE:

4.1- DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA)	VALOR MENSAL (22 DIAS)	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE ONIBUS URBANO (DIÁRIA)	UN	150	R\$ 2.350,00	R\$ 51.700,00	R\$ 7.755.000,00
02	LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO (DIÁRIA)	UN	30	R\$ 2.896,25	R\$ 63.717,50	R\$ 1.911.525,00
03	LOCAÇÃO DE MICRO ONIBUS (DIÁRIA)	UN	10	R\$ 1.630,00	R\$ 35.860,00	R\$ 358.600,00
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 10.025.125,00	
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$ 120.301.500,00	

4.2 – Memória de cálculo e premissas operacionais

Os quantitativos estimados por item foram definidos com base em premissas objetivas constantes do planejamento da Secretaria Municipal de Educação, considerando: (i) número de beneficiários atendidos; (ii) distribuição territorial das unidades escolares e polos de embarque/desembarque; (iii) turnos de

funcionamento; (iv) necessidade de redundância operacional para continuidade do serviço; e (v) histórico de execução e capacidade de atendimento compatível com a realidade local.

Registra-se que a estimativa constitui parâmetro máximo referencial para fins de Registro de Preços, sendo a execução condicionada à demanda efetiva formalizada por Ordens de Serviço, com controle e rastreabilidade

5- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

5.1. Considerando as características do objeto e a necessidade de atendimento a públicos distintos (rede municipal de ensino e beneficiários do transporte universitário/intermunicipal), conclui-se que a contratação deve ser parcelada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante divisão por itens, de forma a assegurar maior aderência técnica, ampliação da competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa.

5.2. O parcelamento por itens justifica-se, especialmente, em razão da especialização operacional e técnica exigida para cada tipologia de veículo, uma vez que:

Item 1 – Ônibus Urbano Municipal: destinado prioritariamente ao atendimento das rotas internas do Município e à mobilidade regular dos alunos da rede municipal, com características próprias de circulação urbana e logística diária;

Item 2 – Ônibus Rodoviário: voltado ao transporte de estudantes em deslocamentos intermunicipais e/ou de maior extensão, exigindo maior conforto operacional, desempenho em rodovias e adequação a trajetos prolongados;

Item 3 – Micro-ônibus: destinado a rotas específicas, de menor capacidade e maior flexibilidade operacional, inclusive para atendimento a trajetos com restrições de acesso, menor demanda ou necessidades pontuais.

5.3. Assim, o parcelamento por itens evita a contratação de solução única inadequada para demandas distintas, reduz riscos de descontinuidade, melhora a eficiência da execução contratual e permite que empresas com capacidade técnica compatível com determinado item participem do certame, sem restrição indevida à competitividade, em observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, notadamente os da isonomia, julgamento objetivo, competitividade, economicidade, eficiência e planejamento.

5.4. Ressalta-se que a divisão por itens também favorece a gestão do Sistema de Registro de Preços, permitindo contratações futuras de forma proporcional à necessidade efetiva de cada modalidade de veículo, sem prejuízo da continuidade do serviço e com adequada governança contratual.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços contínuos de transporte de beneficiários, mediante locação de veículos com operação completa, abrangendo fornecimento de ônibus e micro-ônibus, motoristas, monitores, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional e disponibilização de frota reserva, destinados ao atendimento da mobilidade regular vinculada à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da política pública regulamentada na Lei Municipal nº 2.683/2025, incluindo:

I – Transporte escolar municipal, destinado aos alunos da rede municipal de ensino;

II – Transporte intermunicipal/rodoviário, destinado ao deslocamento de alunos universitários para outros municípios;

III – Transporte complementar por micro-ônibus, destinado ao atendimento de rotas específicas e/ou universitários, conforme demanda.

6.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob a forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), com a formalização dos resultados mediante Ata de Registro de Preços – ARP, e, quando cabível, instrumento contratual ou equivalente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

6.3. As contratações decorrentes da ARP ocorrerão de forma parcelada, por meio de Ordens de Serviço/Autorizações de Fornecimento, conforme necessidade da Administração e programação operacional da SEDUC, respeitados:

- os quantitativos registrados;
- a capacidade operacional contratada por item;
- a obrigação de continuidade e regularidade do serviço;
- os parâmetros técnicos mínimos exigidos no Termo de Referência e seus anexos.

6.4. A vigência da Ata de Registro de Preços será fixada conforme o instrumento convocatório e legislação aplicável, e as contratações dela decorrentes observarão os prazos e condições previstos, considerando-se que se trata de serviço público essencial e contínuo, cujo planejamento e execução demandam previsibilidade, cobertura operacional e mitigação de risco de descontinuidade, especialmente em razão das peculiaridades logísticas do Município de Araruama e da extensão territorial das rotas atendidas.

6.5 – Justificativa do SRP para serviço continuado

Embora o serviço possua natureza continuada e essencial, a adoção do Sistema de Registro de Preços se revela adequada em razão da variabilidade operacional inerente ao objeto, notadamente quanto a rotas, turnos, ajustes de itinerários, sazonalidade do calendário escolar, variações de demanda por matrícula e remanejamentos decorrentes de necessidade pedagógica e logística.

Assim, o SRP assegura maior eficiência administrativa, flexibilidade controlada e pronta resposta operacional, sem prejuízo da observância dos limites quantitativos registrados e da formalização das Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, preservando-se a governança, a motivação e a rastreabilidade dos atos.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. A execução do objeto consistirá na prestação contínua, regular, segura e eficiente dos serviços de transporte, com disponibilização de veículos, motoristas, monitores (quando aplicável), operação completa, manutenção preventiva e corretiva, substituições imediatas e demais obrigações previstas neste Termo de Referência, atendendo integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme programação oficial.

7.2. A contratada deverá executar os serviços por meio do cumprimento integral das rotas, itinerários, horários e pontos de embarque e desembarque, os quais serão definidos, ajustados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação, observando-se:

I – o transporte escolar regular da rede municipal de ensino;

II – o transporte intermunicipal destinado aos beneficiários do transporte universitário, quando previsto na programação oficial;

III – as condições operacionais e peculiaridades locais do Município de Araruama, inclusive em áreas rurais, estradas não pavimentadas, regiões periféricas e trajetos de maior vulnerabilidade operacional.

7.3. Para fins de organização operacional e logística, o ponto de referência administrativa para início, controle e acompanhamento da execução será a sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua México, s/n – Centro – Araruama/RJ, sem prejuízo de que a contratada utilize sua base operacional própria, desde que assegurada a plena disponibilidade e regularidade da frota contratada.

7.4. Os itinerários e rotas poderão ser formalizados por meio de planilhas, ordens de serviço, mapas e cronogramas emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, contendo, quando aplicável:

I – quilometragem estimada por rota e por tipo de veículo;

II – horários de saída, chegada e intervalos operacionais;

III – pontos de parada e locais de embarque/desembarque;

IV – quantitativo estimado de usuários por trajeto;

V – especificação do item correspondente (ônibus urbano, rodoviário ou micro-ônibus), conforme divisão do SRP.

7.5. DOS MONITORES DE TRANSPORTE

7.5.1. A contratada deverá disponibilizar monitor de transporte para atuação durante a execução dos serviços, quando aplicável, conforme a natureza do item e a necessidade operacional definida pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de assegurar a segurança, organização, acompanhamento e adequada condução dos usuários durante o trajeto, abrangendo embarque, percurso e desembarque.

7.5.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se aplicável a exigência de monitor, no mínimo, nos seguintes casos:

I – Item 1 (Ônibus Urbano Municipal – Transporte Escolar):

a) obrigatória a disponibilização de monitor por veículo em operação, em razão do público atendido (crianças e adolescentes), da frequência diária do serviço e das rotinas de embarque e desembarque.

II – Item 2 (Ônibus Rodoviário – Transporte Universitário):

a) a presença de monitor poderá ser exigida conforme programação e avaliação da Secretaria Municipal de Educação, especialmente em rotas longas, trajetos intermunicipais, embarques em múltiplos pontos e situações que demandem apoio operacional e controle de usuários.

III – Item 3 (Micro-ônibus – Transporte Universitário):

a) a presença de monitor poderá ser exigida conforme programação e avaliação da Secretaria Municipal de Educação, considerando a dinâmica de rotas, pontos de embarque e necessidade de organização e segurança operacional.

7.5.3. Os monitores deverão atuar como apoio operacional ao motorista, inclusive para:

- I – auxiliar no embarque e desembarque, especialmente de usuários que demandem atenção especial;
- II – manter a ordem, disciplina e segurança no interior do veículo;
- III – orientar quanto ao uso correto dos dispositivos de segurança;
- IV – comunicar intercorrências, atrasos, emergências e situações de risco à contratada e à fiscalização;
- V – apoiar a execução de protocolos de emergência e evacuação, quando necessário.

7.5.4. A contratada deverá assegurar substituição imediata de monitores, em caso de ausência, afastamento ou irregularidade, não sendo admitida a execução do serviço sem o monitor, quando exigido para o item/rota, salvo autorização expressa e formal da Secretaria Municipal de Educação.

7.6. DA FROTA RESERVA OPERACIONAL MÍNIMA

7.6.1. Considerando a essencialidade do serviço, a necessidade de continuidade e a mitigação de riscos operacionais, a contratada deverá manter frota reserva operacional mínima de 10% (dez por cento) por item, devidamente regularizada, apta e em condições imediatas de uso, destinada à substituição de veículos em operação sempre que necessário.

7.6.2. Para fins de padronização e controle, a frota reserva deverá observar, no mínimo, a seguinte referência quantitativa por item:

- I – Item 1 (Ônibus Urbano Municipal): reserva mínima de 15 (quinze) veículos;
- II – Item 2 (Ônibus Rodoviário): reserva mínima de 03 (três) veículos;
- III – Item 3 (Micro-ônibus): reserva mínima de 01 (um) veículo.

7.6.3. A frota reserva deverá ser acionada de forma imediata, sempre que necessário, para substituição de veículos que apresentem falhas mecânicas, necessidade de manutenção corretiva, acidentes, avarias, irregularidades documentais, ou qualquer intercorrência que comprometa a regularidade do serviço.

7.6.4. A reserva operacional deverá manter compatibilidade técnica com o item correspondente, observando-se, no mínimo:

- I – categoria e capacidade compatíveis;
- II – condições de segurança e regularidade documental;
- III – atendimento às especificações técnicas do Termo de Referência e normas aplicáveis ao transporte escolar e/ou coletivo.

7.6.5. A ausência de frota reserva operacional disponível e acionável, quando necessária, configurará falha grave de execução contratual, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive sanções, conforme previsto no Edital e no instrumento contratual.

ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL ENDEREÇO

UNIDADE	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
1º DISTRITO		
1. Anderson Domingues de Oliveira	6 km	Rua Betânia s/n.º - Três Vendas
2. Antonio Andrade. Müller	5 km	Rua Maria A. Prata, s/n.º - Outeiro
3. Brunno Barreto Nametala	6,5 km	Rua Venâncio Silva, s/n.º - Ponte dos

		Leites
4. Dr. João Vasconcellos	3 km	Rua Protógenes Guimarães, s/nº - Outeiro
5. João Brito de Souza	5 km	Rua Celso Vargas de Carvalho, s/nº - Jardim São Paulo
6. Margarida Trindade de Deus	4 km	Rua Francisco Otaviano, s/nº - Fazendinha
7. Menino Robson Júnior	3,5 km	Rua A, lotes 66, 67, 68 e 69, quadra 7 - Areal
8. Parati	3,5 km	Estrada Velha de Parati, s/nº - Parati
9. Procurador José Fernando Carvalho	4 km	
10. Professor Carlos Leal	3 km	Rua Princesa Isabel, s/nº - XV de Novembro
11. Complexo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro	2,5 km	Avenida Prefeito Afrânio Valladares, s/nº - Hospício
12. Professor Fábio Siqueira	6 km	Estrada Boa Vista, s/nº - Buraco do Pau
13. Professora Nair Valladares	2,3 km	Rua Pref. Mário Alves, 99 - Parque Mataruna
14. Professor Orlando Dias Ribeiro	2,3 km	Rua Lamas Rabello, s/nº - Parque Mataruna
15. Sinval Pinto de Figueiredo	3 km	Rua Beira Rio, s/nº - Mutirão
16. Toninho Senra	7,5 km	Estrada da Pedreira, s/nº - Regamé
17. Vereador Alcebíades Carvalho das Flores	4 km	Conjunto Alves Branco, s/nº - Fazendinha
18. Vereador Moysés Ramalho	800 m	Rua Vitória Helena, s/nº - Vila Capri
19. Bilíngue Sueli Amaral	3 km	Rua Bolívia, s/n - Parque Hotel
20. Bilíngue Prof. João Raposo	3,5 km	Rua Argentina, s/n Parque Hotel
21. Francisco Marins (Mestre kiko)	5 km	Rua Cristóvão Colombo, 215 - XV de Novembro
2º DISTRITO - MORRO GRANDE	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
22. Agostinho Franceschi	12 km	Rodovia 124, km 27 s/nº - Fazenda Aurora
23. Francisco Domingues Neto	9 km	Estrada de Boa Vista, s/nº - Boa Vista
24. Honorino Coutinho	15 km	Praça de Morro Grande, s/nº - Centro
25. Jerônimo Carlos Nascimento	9 km	Estrada Velha de Rio Bonito, s/nº - Paracatu
26. Praça Escola Municipal Prefeito Afrânio Valladares	7 km	Estrada de Morro Grande, s/nº - Itatiquara
27. Prodígio	18 km	Fazenda Prodígio, s/nº - Prodígio
28. Professora Heglúcia Maria de Mello Matta	15,5 km	Fazenda da Figueira, s/nº - Jardim Califórnia
3º DISTRITO - SÃO VICENTE DE PAULO	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO

29. Faustina Silva Carvalho	20 km	Loteamento Norival Carvalho, s/n.º - Arapoca
30. João Augusto Chaves	25 km	Estrada do Sobradinho, s/n.º - Sobradinho
31. Joaquina de Oliveira Rangel	29 km	Estrada da Barragem, s/n.º - Lagoa de Juturnaíba
32. José Corrêa da Fonseca	18 km	Estrada de São Vicente de Paulo, s/n.º - Monteiro
33. Nedir Paulo Barroso da Rosa	23 km	Estrada da Posse, s/n.º - Posse
34. Pastor Alcebíades Ferreira de Mendonça	26 km	Estrada da Sobara, s/n.º - Sobara
35. Professor Pedro Paulo de Bragança Pimentel	19 km	Loteamento Nova São Vicente, s/n.º - Centro
36. Vereador Edemundo Pereira de Sá Carvalho	23 km	Rua Tunísia, s/n.º - Loteamento Santana
37. Bilíngue Oscarino Andrade	26 km	Praça da Matriz, 7 - São Vicente de Paulo
4º DISTRITO - PRAIA SECA	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
38. Praça Escola Comandante Sérgio Ribeiro de Vasconcellos	12 km	Rua Heron Domingues, s/n.º - Centro
5º DISTRITO - IGUABINHA	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
39. André Gomes dos Santos	6 km	Rua Monte Azul, s/n.º - Bananeiras
40. Celina Mesquita Pedrosa	9 km	Rua Paracambi, s/n.º - Centro
41. Praça Escola Municipal Marcos Heron Corrêa	6,5 km	Rua Ibirapuera, s/n.º - Novo Horizonte
42. Nova Escola Prefeito Altevair Vieira Pinto Barreto	8 km	Praça do Villar, s/n.º - Centro
43. Professor Raymundo Magno Camarão	7 km	Rua Araguacema, s/n.º - Parati
44. Sara Urrutia Baptista	8 km	Rua Projetada, s/n.º - Engenho Novo

ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENDEREÇO

UNIDADE	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
1º DISTRITO		
45. Centro Municipal de Educação Mário Revelles Castanho	2,3 km	Rua Lamas Rabello, s/n.º - Parque Mataruna
46. Fazenda Japão	5 km	Rua Venceslau Braz, s/n.º - Japão
47. Mário Buscema	7 km	Estrada de Engenho Grande, s/n.º - Engenho Grande
48. Creche Alexandre Martins	5 km	Av. Prefeito Antonio Raposo, s/n.º - Areal
49. Centro de Educação Infantil Lacy Amaral	5 km	Av. Litorânea, s/n Salinas

50.Clinica Escola Autismo +	5 km	Rua Emilio Zaluar s/n Parque Hotel
4º DISTRITO - PRAIA SECA	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
51. Ponta do Capim	9 km	Estrada de Praia Seca, s/nº - Ponta do Capim
CRECHES	QUILOMETRAGEM	ENDEREÇO
52.Adalgira Oliveira de Andrade	18 km	Rua Prefeito Antônio Raposo, s/n.º - São Vicente de Paulo
53.. Ilca Maria Duarte	9 km	Praça do Villar, s/n.º - Iguabinha
54. Inspetora Escolar Rosa Machado dos Santos	18,5 km	Rua Vereador José Cardoso Cruz, s/nº - Loteamento Santo Antônio - São Vicente de Paulo
55. Norma da Conceição Martins	4 km	Rua Mônica, s/n.º - Boa Perna
56. Roberto Dória Gomes de Mattos	6 km	Rua Papoulas, s/nº - Iguabinha
57. São Maximiliano Maria Kolbe	2 km	Rua Joaquim Queiroz, nº 42 - Centro
58. Vereador Ciraldo Fernandes da Silva	5 km	Rua Grumarim, s/nº - Picada - Fazendinha
59.Creche Vicente Freire Quintanilha	5 km	Rua Venrzuela, 350 Parque Hotel

7.6.6 As unidades e endereços listados constituem referência de cobertura territorial, sendo as rotas, itinerários, horários, turnos e parâmetros operacionais formalizados por meio de Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, conforme programação oficial, preservando-se rastreabilidade, motivação e controle da execução.

8 - REQUISITO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A solução a ser contratada consiste na prestação de serviço de transporte coletivo regular, com disponibilização de veículos e equipe profissional habilitada, tratando-se de objeto com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação no Termo de Referência e no Edital, por meio de requisitos técnicos usuais de mercado, parâmetros de segurança veicular e condições operacionais compatíveis com o atendimento das rotas e da programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

8.2. A licitante deverá atender às exigências legais e editalícias aplicáveis, notadamente quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional, mediante a apresentação da documentação exigida no instrumento convocatório, observando-se o princípio do julgamento objetivo e a vinculação ao edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Como requisitos mínimos para execução adequada do objeto, a futura contratada deverá assegurar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, o cumprimento integral das condições técnicas e operacionais definidas neste Termo de Referência, incluindo, dentre outros:

I – disponibilização de veículos compatíveis com cada item do SRP (ônibus urbano municipal, ônibus rodoviário e micro-ônibus), em conformidade com as especificações técnicas, de segurança e de desempenho;

II – disponibilização de motoristas devidamente habilitados e aptos ao exercício da função, observadas as exigências legais pertinentes;

III – disponibilização de monitores, quando aplicável, conforme previsto neste Termo de Referência e conforme programação oficial da Secretaria Municipal de Educação;

IV – manutenção preventiva e corretiva, substituições imediatas e garantia de continuidade do serviço, de forma a evitar interrupções que comprometam a mobilidade regular dos beneficiários atendidos.

8.4. Registra-se que a capacidade operacional imediata, compreendida como a aptidão da contratada para mobilizar e disponibilizar, em tempo oportuno, a frota necessária ao atendimento da programação oficial, constitui requisito essencial à adequada execução do objeto.

8.4.1. Todavia, considerando os princípios da competitividade, da razoabilidade, do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, a comprovação da capacidade operacional imediata será tratada, preferencialmente, como condição de contratação e de execução contratual, devendo a contratada, quando convocada para assinatura do instrumento e/ou emissão de ordem de serviço, demonstrar que dispõe de frota compatível e mobilizável, apta ao início imediato das atividades, conforme quantitativos, itens e prazos operacionais definidos pela Administração.

8.5. A contratada deverá manter, ainda, frota reserva operacional mínima por item, nos percentuais e quantitativos definidos neste Termo de Referência, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do serviço, especialmente em situações de manutenção, falhas mecânicas, substituições emergenciais e demais intercorrências operacionais.

8.6. A execução do objeto deverá observar, de forma permanente:

I – a programação oficial e determinações da Secretaria Municipal de Educação;

II – as condições de segurança exigidas pela legislação de trânsito aplicável;

III – as rotas e itinerários definidos pela Administração, passíveis de ajustes motivados conforme interesse público;

IV – os deveres de cooperação, transparência e boa-fé objetiva entre Administração e contratada, sem prejuízo da fiscalização e aplicação de medidas administrativas cabíveis.

8.7 – REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DOS VEÍCULOS (POR ITEM)

8.7.1. Para fins de execução do objeto, os veículos a serem disponibilizados pela futura contratada deverão atender, cumulativamente, às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência, observando-se que tais exigências têm por finalidade assegurar segurança, regularidade, continuidade, confiabilidade operacional, conforto mínimo, eficiência logística e redução de riscos, em conformidade com o interesse público e com os princípios aplicáveis às contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.7.2. A frota destinada à execução dos serviços deverá estar em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, devendo a contratada manter todos os veículos:

- I – devidamente licenciados e regularizados para circulação;
- II – com manutenção preventiva e corretiva em dia;
- III – em condições adequadas de segurança, higiene e conservação;
- IV – compatíveis com a natureza do serviço e com as rotas definidas pela Secretaria Municipal de Educação;
- V – aptos ao início imediato da operação, conforme cronograma de implantação e ordens de serviço

8.7.3. Idade máxima dos veículos (critério técnico de qualidade e segurança)

8.7.3.1. A contratada deverá disponibilizar veículos com idade máxima de até 05 (cinco) anos de fabricação, contados da data de fabricação constante no documento do veículo, como requisito técnico mínimo de qualidade, confiabilidade e segurança operacional.

8.7.3.2. A definição da idade máxima da frota observa critérios de gestão de risco, continuidade do serviço e redução de falhas mecânicas, sendo compatível com as boas práticas administrativas aplicáveis ao transporte de estudantes.

8.7.3.3. Registra-se, ainda, que tal parâmetro encontra respaldo nas orientações do FNDE, as quais atribuem ao ente contratante a prerrogativa de fixar os requisitos técnicos e operacionais no processo de contratação, conforme as peculiaridades locais, a natureza do serviço e os riscos associados à execução, devendo tais condições constar expressamente do instrumento convocatório e do ajuste contratual.

8.7.3.4. A contratada deverá substituir imediatamente qualquer veículo que, durante a execução, ultrapasse o limite de idade estabelecido, ou que apresente condição operacional incompatível com o serviço, independentemente de notificação prévia, sempre que identificado risco à continuidade ou à segurança da operação.

8.7.4. Requisitos mínimos por Item do SRP

8.7.4.1. Item 1 – Ônibus Urbano Municipal

8.7.4.1.1. Os veículos destinados ao Item 1 (Ônibus Urbano Municipal) deverão ser compatíveis com o transporte regular de alunos da rede municipal de ensino, devendo atender, no mínimo:

- I – características de operação urbana, com desempenho compatível com paradas frequentes e circulação em perímetro urbano;
- II – capacidade compatível com a demanda das rotas definidas pela Secretaria Municipal de Educação;
- III – condições de acessibilidade e embarque/desembarque seguro, quando aplicável;
- IV – estrutura interna e assentos em condições adequadas, vedada a utilização de veículos em condições precárias, improvisadas ou incompatíveis com a finalidade do serviço;
- V – atendimento integral ao limite de idade máxima previsto no item 8.7.3

8.7.4.2. Item 2 – Ônibus Rodoviário (Universitários)

8.7.4.2.1. Os veículos destinados ao Item 2 (Ônibus Rodoviário) deverão ser compatíveis com deslocamentos intermunicipais e viagens de maior duração, voltadas ao atendimento de estudantes universitários, devendo atender, no mínimo:

- I – padrão rodoviário, com condições adequadas de conforto e estabilidade para trajetos prolongados;

- II – desempenho compatível com rotas intermunicipais e vias de maior velocidade;
- III – condições de segurança e manutenção reforçadas, dada a natureza e extensão do deslocamento;
- IV – adequação às rotas e horários oficiais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- V – atendimento integral ao limite de idade máxima previsto no item 8.7.3.

8.7.4.3. Item 3 – Micro-ônibus (Universitários)

8.7.4.3.1. Os veículos destinados ao Item 3 (Micro-ônibus) deverão ser compatíveis com rotas de menor volume de passageiros, especialmente para atendimento de estudantes universitários, devendo atender, no mínimo:

- I – capacidade compatível com o atendimento de rotas específicas definidas pela Administração;
- II – condições adequadas de segurança, estabilidade e conforto mínimo;
- III – aptidão para circulação em vias urbanas e intermunicipais, conforme necessidade;
- IV – atendimento integral ao limite de idade máxima previsto no item 8.7.3.

8.7.5. Garagem e apoio operacional (exigência logística mínima)

8.7.5.1. Para assegurar prontidão operacional, agilidade na substituição de veículos, mitigação de atrasos e resposta imediata a intercorrências, a contratada deverá manter garagem/base operacional em raio máximo de 15 km (quinze quilômetros) da Sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua México, s/n – Centro – Araruama/RJ), durante toda a vigência contratual.

8.7.5.2. A garagem/base operacional deverá possuir estrutura mínima compatível com a guarda, estacionamento e apoio operacional dos veículos, de modo a viabilizar:

- I – mobilização rápida da frota;
- II – substituições emergenciais;
- III – manutenção preventiva e corretiva, quando aplicável;
- IV – redução de tempo de resposta em caso de falhas, atrasos ou intercorrências.

8.7.5.3 A exigência de base/garagem em raio máximo de 15 km da Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade assegurar prontidão operacional, reduzir o tempo de resposta para substituição de veículos, mitigar atrasos por falhas mecânicas e garantir continuidade do serviço, especialmente em rotas com usuários em idade escolar.

Registra-se que tal parâmetro foi fixado com base em critério de logística e tempo de mobilização, compatível com a dinâmica urbana do Município e com a necessidade de substituição tempestiva, sem prejuízo da competitividade, considerando que o mercado regional dispõe de fornecedores aptos a atender a exigência, preservando-se a ampla disputa e o julgamento objetivo.

8.7.6. Implantação operacional inicial (mobilização mínima da frota)

8.7.6.1. Como condição mínima de implantação do serviço, a contratada deverá apresentar e disponibilizar para operação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da frota vinculada ao contrato, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos contados da assinatura do instrumento contratual, ou do recebimento da ordem formal de início, o que ocorrer primeiro, conforme programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

8.7.6.2. O descumprimento do prazo de mobilização inicial mínima caracteriza falha grave de implantação, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções, conforme previsto no Edital, no Termo de Referência e no contrato.

8.7.6.3. A mobilização integral da frota deverá ocorrer conforme cronograma operacional e necessidade definida pela Administração, resguardada a exigência de continuidade do serviço e a observância da frota reserva operacional prevista em item próprio deste Termo de Referência.

8.7.7 – Requisitos mínimos gerais aplicáveis a todos os veículos (itens 1, 2 e 3)

Sem prejuízo dos requisitos específicos por item, todos os veículos deverão atender, permanentemente, aos seguintes requisitos mínimos:

- Ar-condicionado em pleno funcionamento, compatível com a capacidade do veículo;
- Cintos de segurança em todos os assentos, em condições de uso;
- Atendimento integral às exigências do CTB, normas do CONTRAN e regulamentações aplicáveis ao transporte escolar e coletivo;
- Tacógrafo quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente e disponível para fiscalização;
- Condições sanitárias adequadas, incluindo limpeza interna/externa, ausência de infiltrações, conservação de estofamentos e piso, e inexistência de riscos ao usuário;
- Acessibilidade, quando necessária, conforme demanda formal e legislação aplicável (incluindo recursos de embarque/desembarque e assentos preferenciais);
- Realização de vistorias e inspeções periódicas obrigatórias, mantendo-se disponíveis os comprovantes e registros exigidos;
- Manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade integral da Contratada, com substituição imediata em caso de falha operacional;
- Obrigatoriedade de manutenção da cobertura securitária exigida por lei, incluindo, no mínimo:
 - i.1) seguro obrigatório aplicável;
 - i.2) Seguro de Responsabilidade Civil (RC) por danos corporais e materiais causados a terceiros;
 - i.3) Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP), com cobertura para os usuários transportados.
- As apólices deverão indicar, como beneficiários/segurados, os passageiros transportados e terceiros eventualmente atingidos, conforme natureza da cobertura, sem prejuízo de outras exigências legais e contratuais;
- A Contratada deverá manter, durante toda a execução, comprovantes vigentes das apólices, bem como documentos de regularidade do veículo, disponíveis para fiscalização.

8.8 – REQUISITOS DE EQUIPE (MOTORISTAS E MONITORES)

8.8.1. Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar equipe compatível com a operação, assegurando a regularidade, a continuidade, a segurança e a qualidade do serviço, em conformidade com a programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

8.8.2. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, profissionais devidamente habilitados e em número suficiente para atendimento integral das rotas, horários e demandas estabelecidas pela Administração, incluindo substituições imediatas em casos de faltas, afastamentos, férias, impedimentos legais, intercorrências operacionais ou quaisquer situações que comprometam a continuidade do serviço.

8.8.3. Motoristas

8.8.3.1. Os motoristas designados para condução dos veículos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I – possuir habilitação compatível com o veículo e com o serviço executado, observadas as exigências legais aplicáveis;

II – apresentar aptidão para o exercício da função, incluindo condições físicas e psicológicas compatíveis com a atividade, conforme normativos pertinentes;

III – possuir experiência e conduta compatíveis com o transporte de estudantes, devendo atuar com urbanidade, cautela e zelo;

IV – cumprir rigorosamente os itinerários, horários e orientações operacionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

V – manter postura compatível com a natureza do serviço público executado, sendo vedadas condutas que coloquem em risco a segurança, a disciplina ou o bem-estar dos usuários.

8.8.3.2. A contratada deverá assegurar a presença de motoristas substitutos aptos à imediata reposição, de modo a evitar descontinuidade do serviço, sob pena de aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis.

8.8.4. Monitores

8.8.4.1. Quando determinado pela Secretaria Municipal de Educação, em razão da natureza da rota, do perfil dos usuários, do nível de vulnerabilidade dos estudantes, da necessidade de apoio no embarque/desembarque ou de critérios de segurança operacional, a contratada deverá disponibilizar monitores para acompanhamento dos passageiros durante a execução do serviço.

8.8.4.2. A exigência de monitor poderá ser aplicada de forma variável, conforme orientação formal da Administração, observando-se critérios objetivos de segurança, supervisão e mitigação de riscos, especialmente nas rotas destinadas ao transporte de alunos da rede municipal de ensino.

8.8.4.3. Os monitores, quando exigidos, deverão:

I – auxiliar na organização do embarque e desembarque, promovendo disciplina e segurança;

II – acompanhar o comportamento dos usuários durante o trajeto, prevenindo situações de risco;

III – atuar de forma colaborativa com o motorista, sem interferir na condução do veículo;

IV – manter postura compatível com a natureza do serviço, sendo vedada conduta incompatível com o ambiente escolar e com a proteção dos usuários.

8.8.4.4. A ausência de monitor quando expressamente exigido pela Administração configurará descumprimento de condição de execução do serviço, sujeitando a contratada às medidas administrativas previstas no instrumento convocatório e no contrato.

8.8.5. Responsabilidade trabalhista e encargos

8.8.5.1. A contratada será integralmente responsável pela gestão da equipe alocada, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, supervisão, substituições e pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários, inexistindo vínculo empregatício entre os profissionais e a Administração Pública.

8.8.5.2. Eventuais ausências, atrasos ou indisponibilidades de pessoal não poderão repercutir sobre a continuidade do serviço, devendo a contratada adotar as providências necessárias para manutenção da execução regular.

8.8.6 – Qualificação e treinamento de monitores

Quando exigida a presença de monitores, estes deverão possuir qualificação mínima compatível com a função, incluindo treinamento e orientação conforme a legislação vigente e as diretrizes operacionais da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere à segurança dos usuários, embarque/desembarque assistido, conduta preventiva e suporte em situações de intercorrência.

A Contratada deverá manter registros mínimos de capacitação e disponibilizá-los à fiscalização quando solicitado

8.9 – FROTA RESERVA OPERACIONAL MÍNIMA POR ITEM (10%)

8.9.1. Considerando a essencialidade do serviço, a necessidade de continuidade da política pública, o risco operacional inerente ao transporte regular de estudantes e a obrigação de assegurar prestação ininterrupta, a contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, frota reserva operacional mínima, destinada à substituição imediata de veículos indisponíveis por falha mecânica, manutenção corretiva, sinistros, vistorias, impedimentos administrativos ou quaisquer intercorrências que possam comprometer a regularidade da operação.

8.9.2. A frota reserva operacional mínima deverá corresponder a 10% (dez por cento) do quantitativo contratado, por item, observada a seguinte composição mínima:

I – Item 1 (Ônibus Urbano Municipal): frota reserva mínima de 10% do quantitativo contratado para o item;

II – Item 2 (Ônibus Rodoviário): frota reserva mínima de 10% do quantitativo contratado para o item;

III – Item 3 (Micro-ônibus): frota reserva mínima de 10% do quantitativo contratado para o item.

8.9.3. Para fins de aplicação prática, a frota reserva deverá estar operacionalmente disponível, entendendo-se como tal aquela apta ao uso imediato, regularizada, licenciada, com manutenção em dia e em condições de circulação, de modo a permitir substituição sem interrupção do serviço.

8.9.4. A frota reserva operacional mínima deverá observar os mesmos requisitos técnicos mínimos previstos para a frota principal, incluindo o limite de idade máxima e as condições de segurança, conservação e adequação ao serviço.

8.9.5. A exigência de frota reserva operacional mínima constitui condição de execução do contrato, voltada à mitigação de riscos e garantia da continuidade do serviço, devendo ser observada durante toda a vigência contratual.

8.9.6. A inobservância da frota reserva operacional mínima, quando verificada durante a execução, poderá ensejar:

I – determinação de substituição imediata;

II – registro formal de ocorrência;

III – aplicação de penalidades previstas no contrato e no edital;

IV – demais providências administrativas cabíveis, conforme gravidade e impacto no serviço.

8.9.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar verificações e fiscalizações quanto à disponibilidade da frota reserva operacional, inclusive mediante solicitação de documentação comprobatória e/ou vistoria operacional, sem prejuízo das rotinas de fiscalização contratual.

8.9.8 – Frota reserva mínima obrigatória por item

A Contratada deverá manter, durante toda a execução, frota reserva operacional mínima correspondente a 10% (dez por cento) do quantitativo licitado/registrado para cada item, independentemente do quantitativo efetivamente demandado no período, como requisito de redundância e continuidade do serviço.

A exigência se justifica pela criticidade do objeto, pela necessidade de pronta substituição em caso de falha operacional e pela preservação da regularidade e segurança do transporte, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.10 – CAPACIDADE OPERACIONAL IMEDIATA (FROTA PRÓPRIA E/OU MOBILIZÁVEL)

8.10.1. Considerando a natureza essencial do serviço e a necessidade de assegurar a continuidade da mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela Secretaria Municipal de Educação, a contratada deverá demonstrar capacidade operacional imediata para início e manutenção da execução contratual, com disponibilidade de frota compatível com os quantitativos previstos para cada item do objeto.

8.10.2. Para fins deste Termo de Referência, entende-se por capacidade operacional imediata a aptidão da contratada em mobilizar, disponibilizar e manter em operação os veículos necessários à execução do serviço, por meio de frota própria e/ou mobilizável, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos, legais e operacionais estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência e no futuro contrato.

8.10.3. A capacidade operacional imediata será exigida como condição de execução contratual, devendo a contratada assegurar, desde o início da prestação, que a frota disponibilizada:

I – esteja em condições regulares de circulação, devidamente licenciada e apta à operação;

II – atenda integralmente aos requisitos técnicos mínimos definidos por item (urbano, rodoviário e micro-ônibus);

III – esteja compatível com os itinerários, horários e programação oficial da Secretaria Municipal de Educação;

IV – possua condições de operação contínua, com planejamento de manutenção preventiva e corretiva, de modo a evitar interrupções do serviço.

8.10.4. A mobilização operacional deverá observar o prazo estabelecido neste Termo de Referência para apresentação inicial da frota, sem prejuízo de ajustes posteriores definidos pela Administração em razão de adequações de rotas, itinerários e programação.

8.10.5. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, para fins de fiscalização e controle, documentos e informações operacionais que evidenciem a capacidade de mobilização e manutenção da frota em execução, tais como relação de veículos alocados, comprovantes de regularidade, documentação de identificação e registros operacionais, sem que isso implique exigência de comprovação antecipada como requisito de habilitação, preservando-se a segregação de funções e a competitividade do certame.

8.10.6. O eventual descumprimento da capacidade operacional imediata, caso resulte em interrupção, atraso ou prejuízo à execução do serviço, caracterizará falha na execução contratual, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções, conforme previsto no Edital e no contrato.

9 – PRAZO PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO:

9.1. Concluídas as fases do procedimento licitatório e observados os prazos legais aplicáveis, a licitante vencedora poderá ser convocada por meio do sistema eletrônico e/ou por correio eletrônico institucional para assinatura do instrumento contratual, que obedecerá à minuta anexa ao Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observado o regime jurídico aplicável às contratações públicas e as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.3. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante justificativa formal e demonstração de vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo alcançar até 10 (dez) anos, quando caracterizada a contratação de serviço de natureza contínua e comprovada a manutenção das condições que justificaram a contratação, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

9.4. O contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo legal, com periodicidade anual, contado a partir da data-base definida no instrumento contratual, com fundamento na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

9.5. O prazo previsto no item 9.1 poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela licitante vencedora, desde que apresentada antes do término do prazo originalmente concedido e desde que aceita pela Administração, por decisão motivada, considerando o interesse público, a razoabilidade e a continuidade do serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

9.6. Na hipótese de a licitante vencedora não comparecer para assinatura do Contrato no prazo estabelecido, recusar-se injustificadamente, ou ainda não comprovar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas, ficará caracterizada a perda do direito ao registro, podendo a

Administração, observada a ordem de classificação e mediante convocação formal, chamar as licitantes remanescentes para assinatura do Contrato, nas mesmas condições ofertadas pela vencedora, inclusive quanto a preços e especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsão editalícia e legislação vigente.

9.7 A eventual prorrogação contratual e a aplicação de reajustes observarão estritamente os requisitos legais, incluindo demonstração de vantajosidade, manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, compatibilidade com a execução e com a governança do SRP, bem como formalização motivada pela autoridade competente, sem prejuízo da fiscalização e controle.

10 – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

10.1. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, mediante especificações usuais de mercado.

10.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, apurado por ITEM, observadas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, bem como a conformidade com as especificações técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

10.3. A contratação será estruturada em itens independentes, correspondentes aos tipos de veículos demandados, facultando-se às licitantes a participação em um ou mais itens, conforme seu interesse e capacidade operacional, observadas as regras do Edital, sendo vedada a apresentação de proposta parcial para quantitativos inferiores aos previstos para cada item.

10.4. Os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (R\$), com indicação do valor unitário por item, bem como do valor total correspondente, considerando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, despesas operacionais, mobilização, manutenção, disponibilização de frota, motoristas, monitores (quando aplicável), e demais obrigações previstas no Edital e neste Termo de Referência.

10.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alterações posteriores sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não amparado pela legislação vigente, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

10.6. A apresentação da proposta implica plena ciência e aceitação, pela licitante, de todas as condições do certame, especialmente quanto ao objeto, aos requisitos técnicos mínimos por item, às exigências de execução, às condições de mobilização e disponibilidade de frota, à frota reserva operacional mínima, às obrigações de pessoal (motoristas e monitores, quando aplicável), bem como às regras de julgamento, habilitação, formalização e execução contratual.

10.7. Encerrada a fase competitiva, as propostas serão analisadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com apoio da equipe técnica e da área demandante, quando necessário, sendo desclassificadas aquelas que não atendam às exigências do Edital e deste Termo de Referência, ou que apresentem incompatibilidade com as condições técnicas mínimas exigidas.

10.8. A contratação decorrente deste procedimento será formalizada mediante Ata de Registro de Preços (ARP), sendo as contratações futuras realizadas por meio de instrumento contratual ou documento

equivalente, conforme interesse e conveniência da Administração, observado o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

10.9. Os serviços serão demandados de forma parcelada e conforme necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço e/ou requisições formais, observada a programação oficial da Secretaria Municipal de Educação e as rotas/itinerários definidos, assegurando-se a continuidade da prestação e a regularidade do atendimento aos beneficiários.

10.10. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, e a vigência dos contratos dela decorrentes observará as condições previstas no Edital e no instrumento contratual, admitida prorrogação na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível e devidamente justificada, inclusive podendo alcançar até 10 (dez) anos nas hipóteses legalmente admitidas para serviços de natureza contínua, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições de contratação.

10.11. Para fins de julgamento, registro de preços e futura contratação, o objeto será estruturado nos seguintes itens do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme quantitativos e especificações constantes deste Termo de Referência:

a) Item 1 – Ônibus Urbano Municipal: destinado ao atendimento da rede municipal de ensino, incluindo deslocamentos regulares vinculados à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação;

b) Item 2 – Ônibus Rodoviário: destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários beneficiários da política pública regulamentada na Lei nº 2.683/2025, conforme rotas e itinerários definidos pela Administração;

c) Item 3 – Micro-ônibus: destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários beneficiários da política pública regulamentada na Lei nº 2.683/2025, conforme rotas e itinerários definidos pela Administração.

Parágrafo único. O julgamento das propostas será realizado por item, sendo possível a adjudicação e o registro de preços de forma individualizada, conforme a ordem de classificação e o atendimento integral às condições e exigências previstas no Edital e neste Termo de Referência.

10.12 – Da integralidade do quantitativo por item e vedação de proposta parcial

Considerando a natureza essencial, contínua e operacionalmente integrada do serviço, bem como a necessidade de assegurar regularidade, previsibilidade e pronta resposta às demandas da Secretaria Municipal de Educação, cada licitante deverá apresentar proposta contemplando a integralidade do quantitativo estimado para o respectivo item, não sendo admitida proposta parcial.

Tal medida se justifica pela impossibilidade técnica e administrativa de fracionamento do atendimento dentro de um mesmo item, sob pena de comprometer a continuidade do serviço, a padronização operacional, a gestão de rotas e a responsabilização objetiva por falhas, preservando-se os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, julgamento objetivo, isonomia e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Registra-se, ainda, que a estrutura do mercado regional demonstra capacidade operacional suficiente para atendimento integral por item, preservando-se a competitividade, sem prejuízo da adoção de mecanismos de controle, fiscalização e penalidades específicas previstas neste Termo de Referência.

10.13 – DA INVERSÃO DE FASES

10.13.1. Em consonância com a estratégia procedimental delineada na fase de planejamento (ETP) e com fundamento no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, fica expressamente estabelecido que, no presente certame, será adotada a inversão de fases, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de proposta de preços e lances, nos termos do rito detalhado no Edital e em seus anexos.

10.13.2. A adoção da habilitação antecedente, formalizada por ato motivado e prevista expressamente neste instrumento, tem por finalidade incrementar a eficiência procedimental, reduzir riscos operacionais e preservar a competitividade e o julgamento objetivo, considerando, especialmente:

I – a natureza do objeto, que demanda capacidade operacional efetiva, disponibilidade de frota mobilizável, cumprimento de requisitos técnicos mínimos por item (urbano/rodoviário/micro) e atendimento a condições logísticas e de segurança;

II – a necessidade de mitigar a participação de licitantes sem condições mínimas para executar o serviço, evitando a formação de lances e propostas por agentes que, ao final, não superariam a habilitação, com consequente tumulto procedimental, atrasos e risco à continuidade do serviço público;

III – a conveniência de assegurar, previamente, que apenas licitantes regularmente habilitados avancem para a etapa competitiva de lances, promovendo disputa qualificada, com maior previsibilidade, segurança jurídica e racionalidade administrativa;

IV – a necessidade de compatibilização com o modelo de contratação por Sistema de Registro de Preços, cujo desempenho exige adequada governança de execução e diminuição de incertezas quanto à aptidão mínima dos potenciais fornecedores.

10.13.3. Assim, o procedimento observará, em síntese, a seguinte ordem lógica:

I – abertura da sessão pública e recebimento da documentação e declarações exigidas;

II – análise e julgamento da habilitação, com verificação objetiva do atendimento às exigências editalícias (jurídicas, fiscais, trabalhistas, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme aplicável);

III – superada a habilitação, abertura da fase de apresentação de propostas e, quando cabível, da fase competitiva de lances, restrita às licitantes habilitadas;

IV – julgamento das propostas/lances, classificação por item e demais atos subsequentes, com observância integral dos prazos e etapas recursais previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

10.13.4. Fica consignado que, em razão da inversão ora adotada:

I – a documentação de habilitação deverá ser apresentada nos termos e campos próprios do sistema, conforme disciplinado no Edital, sob pena de inabilitação;

II – é vedada a inserção de proposta comercial, planilhas de preços ou elementos equivalentes em campo destinado à habilitação, bem como qualquer prática que antecipe o conteúdo econômico antes da etapa própria, por se tratar de conduta apta a comprometer a isonomia, a competitividade e o julgamento objetivo;

III – as decisões de habilitação e inabilitação serão devidamente motivadas, com registro nos autos e publicidade no sistema, garantindo o devido processo administrativo.

10.13.5. A adoção da habilitação antecedente não afasta nem restringe os direitos de impugnação, esclarecimentos e recursos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, devendo tais instrumentos ser

exercidos nos momentos processuais próprios, com observância estrita aos limites legais, à boa-fé e à vedação de condutas protelatórias.

10.13.6 A inversão de fases, com habilitação antecedendo a fase competitiva, fortalece a isonomia, assegurando tratamento igualitário aos licitantes efetivamente aptos, e contribui para uma disputa mais justa e eficiente, ao mitigar a participação de interessados sem capacidade mínima de execução, reduzindo riscos de tumulto procedimental, atrasos e adjudicações inviáveis.

11 – PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

11.1. A Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente do presente procedimento licitatório terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, período durante o qual poderão ser realizadas contratações futuras e eventuais, mediante emissão de instrumentos próprios (tais como Ordens de Serviço/Autorizações de Fornecimento/Contratos, conforme a necessidade administrativa), observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na própria ARP.

11.2. A ARP constitui instrumento formal de registro de preços e condições, não implicando, por si só, obrigação imediata de contratação, sendo que as contratações efetivas ocorrerão conforme demanda real e programações oficiais da Secretaria Municipal de Educação, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira, o interesse público e a conveniência administrativa, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância integral das especificações técnicas e condições de execução previstas neste Termo de Referência.

11.3. A vigência da ARP poderá ser prorrogada por igual período, uma única vez, desde que:

I – reste demonstrada, de forma motivada, a vantajosidade econômica e administrativa da manutenção dos preços registrados;

II – seja verificada a compatibilidade dos preços registrados com os preços praticados no mercado, mediante pesquisa/consulta atualizada, quando cabível;

III – sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para o registro, quando aplicável; e

IV – não haja impedimento legal, administrativo ou contratual que desaconselhe a prorrogação.

11.4. A eventual prorrogação da ARP deverá ser formalizada por meio de termo aditivo próprio, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente, com fundamento no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, preservando-se a segurança jurídica, a economicidade, a eficiência, a planejamento e o interesse público, bem como a adequada gestão de riscos inerente à contratação.

11.5. Ressalta-se que, durante toda a vigência da ARP, a Administração poderá, a qualquer tempo, promover as providências necessárias à verificação de vantajosidade, adequação do objeto, regularidade da execução e conveniência administrativa, inclusive para fins de eventual revisão, cancelamento ou adoção de medidas cabíveis, na forma da legislação aplicável e das cláusulas editalícias.

11.6. Do Cancelamento do Registro, Perda de Condições e Penalidades Relacionadas à ARP.

11.6.1. O registro de preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, mediante ato formal e devidamente motivado, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando cabível, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e na própria Ata de Registro de Preços,

especialmente quando constatada a ocorrência de fatos que comprometam a regularidade, a vantajosidade ou a execução do objeto registrado.

11.6.2. Constituem hipóteses exemplificativas de cancelamento do registro de preços, sem prejuízo de outras previstas em norma ou no instrumento convocatório:

I – descumprimento de obrigações assumidas na ARP, no Termo de Referência, no Edital ou nos instrumentos dela decorrentes, especialmente quanto a prazos, condições técnicas, padrões mínimos de qualidade e regularidade da execução;

II – recusa injustificada do fornecedor registrado em formalizar a contratação quando regularmente convocado, ou em atender às solicitações de fornecimento/execução dentro dos parâmetros e prazos estabelecidos;

III – não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para o registro, quando aplicável, ou superveniência de impedimentos que inviabilizem a permanência do fornecedor no cadastro da ARP;

IV – ocorrência de sanção administrativa impeditiva (suspensão, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade ou equivalente), aplicada por órgão ou entidade competente, nos termos da legislação vigente;

V – constatação de irregularidade grave, fraude, simulação, conluio, má-fé, apresentação de documentação falsa ou qualquer conduta que afete a lisura do procedimento, a segurança jurídica do registro ou a confiança necessária à execução;

VI – verificação de que o preço registrado tornou-se incompatível com o mercado, deixando de refletir condição vantajosa para a Administração, após procedimentos de avaliação e atualização, quando cabível;

VII – razões de interesse público devidamente justificadas, inclusive quando houver alteração relevante de demanda, mudança de política pública, reprogramação operacional, readequação do planejamento ou outro fato superveniente que torne desnecessário ou inconveniente o registro.

11.6.3. O cancelamento do registro poderá ocorrer:

I – por iniciativa da Administração, quando verificada qualquer das hipóteses previstas neste Termo de Referência, no Edital, na legislação aplicável ou quando cessar a vantajosidade do registro; ou

II – a pedido do fornecedor registrado, mediante requerimento formal e fundamentado, desde que demonstrada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução nas condições registradas, observado o devido processo administrativo e a análise de conveniência e oportunidade pela Administração.

11.6.4. O cancelamento do registro de preços não prejudica a aplicação de penalidades administrativas cabíveis, nem afasta eventual responsabilidade civil, administrativa ou outras repercussões legais decorrentes de condutas apuradas no âmbito do procedimento, especialmente quando houver prejuízo ao interesse público ou violação aos princípios da Administração Pública.

11.6.5. Na hipótese de descumprimento de obrigações assumidas, ou de recusa injustificada em atender convocação ou solicitação formal da Administração, o fornecedor registrado poderá ser submetido, conforme o caso, às sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, incluindo, mas não se limitando a:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

V – demais medidas administrativas necessárias à proteção do interesse público.

11.6.6. As penalidades deverão observar o devido processo administrativo, com motivação, proporcionalidade, razoabilidade e adequação à gravidade da conduta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da comunicação aos órgãos competentes quando constatados indícios de irregularidades relevantes.

11.6.7. Em caso de cancelamento do registro do fornecedor originalmente registrado, poderá a Administração, respeitada a ordem de classificação e as condições do certame, adotar as providências subsequentes previstas no instrumento convocatório, inclusive com a convocação dos demais fornecedores registrados, quando houver, preservando-se a continuidade do serviço, a eficiência administrativa e a supremacia do interesse público.

11.7 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.7.1. Fica consignado que a Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente do presente procedimento, observadas as condições nela previstas, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na qualidade de órgãos não participantes, desde que atendidos, de forma cumulativa, os requisitos e condicionantes estabelecidos no art. 86, § 2º e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, bem como os regramentos complementares aplicáveis e as disposições específicas desta ARP e de seus anexos.

11.7.2. A adesão por órgão não participante não constitui direito subjetivo de terceiros nem implica obrigação automática do órgão gerenciador ou do fornecedor registrado, tratando-se de faculdade administrativa condicionada ao atendimento do interesse público e à preservação da vantajosidade, da regularidade e da governança do Sistema de Registro de Preços, especialmente quanto:

I – à compatibilidade do objeto pretendido com o escopo, itens, especificações e condições operacionais desta ARP, inclusive quanto à divisão por itens (urbano/rodoviário/micro), quando aplicável;

II – à manutenção da vantajosidade da contratação, mediante avaliação formal e motivada pelo órgão não participante (e, quando cabível, pelo órgão gerenciador), considerando preços registrados, condições de execução, riscos e parâmetros de qualidade;

III – à preservação da capacidade de atendimento do fornecedor registrado, de modo a não comprometer o atendimento regular e prioritário às demandas do(s) órgão(s) participante(s) e do órgão gerenciador, especialmente diante da natureza continuada e sensível do serviço e das exigências operacionais (mobilização inicial, frota reserva por item e requisitos de equipe, quando aplicáveis);

IV – ao cumprimento dos limites, controles, autorizações, formalidades e responsabilidades previstos na Lei nº 14.133/2021 e na ARP, inclusive quanto à instrução do processo de contratação do órgão aderente.

11.7.3. Para fins de adesão, o órgão não participante deverá instaurar processo administrativo próprio, devidamente instruído e motivado, no qual demonstre, no mínimo:

I – a necessidade da contratação e a adequação da solução ao seu contexto de demanda;

- II – a compatibilidade do objeto com os itens e condições registrados na ARP;
- III – a estimativa e a justificativa dos quantitativos pretendidos, com observância dos limites legais aplicáveis;
- IV – a comprovação da vantajosidade, inclusive por pesquisa/justificativa de preços, quando cabível, e análise comparativa com alternativas disponíveis;
- V – a previsão orçamentária e a indicação da respectiva dotação;
- VI – a anuência/autorização do órgão gerenciador, quando exigível, e a concordância do fornecedor registrado, nos termos legais;
- VII – a comprovação de que a adesão não comprometerá a execução regular das obrigações assumidas no âmbito dos órgãos participantes, especialmente quanto aos requisitos operacionais essenciais previstos neste Termo de Referência e na ARP.

11.7.4. A contratação decorrente de adesão será formalizada pelo órgão não participante por instrumento próprio, observadas as regras da Lei nº 14.133/2021, ficando o órgão aderente integralmente responsável:

- I – pela gestão e fiscalização da execução contratual;
- II – pelo acompanhamento de desempenho, medições, glosas e aplicação de sanções, no âmbito de sua contratação;
- III – pela verificação da manutenção das condições exigidas do fornecedor, conforme aplicável;
- IV – pela observância das condições registradas (preços, prazos, especificações e demais cláusulas), vedada a alteração do escopo que descaracterize o objeto registrado.

11.7.5. Ressalva-se, ainda, que a adesão somente será admitida quando compatível com a governança e com a operacionalidade do SRP, não se admitindo utilização que:

- I – desvirtue a finalidade do registro de preços;
- II – gere risco de descontinuidade ou degradação do serviço aos beneficiários vinculados à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação;
- III – comprometa obrigações essenciais assumidas pelo fornecedor no âmbito desta ARP, inclusive as relativas à mobilização, frota reserva e requisitos de equipe, quando aplicáveis ao item registrado.

11.7.6. Em qualquer hipótese, a eventual adesão por órgão não participante deverá observar estritamente os princípios da legalidade, motivação, planejamento, eficiência, economicidade, segurança jurídica, transparência, isonomia e segregação de funções, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a utilização da ARP como mecanismo de contratação dissociado de processo devidamente formalizado e fundamentado.

12 – PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. Concluídas as fases do procedimento licitatório e após a adjudicação e homologação pela Autoridade Competente, a licitante vencedora será convocada, preferencialmente por e-mail institucional informado, para assinar a Ata de Registro de Preços (ARP), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

12.2. A formalização da ARP não gera obrigação imediata de contratação, constituindo instrumento de registro de condições e preços para futuras contratações, as quais ocorrerão conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento/serviço ou formalização de contrato, quando cabível, observadas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na própria ARP.

12.3. O prazo previsto no item 12.1 poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela licitante vencedora, desde que apresentada antes do término do prazo originalmente concedido e desde que aceita pela Administração, por decisão motivada, considerando o interesse público, a razoabilidade e a continuidade do serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

12.4. Na hipótese de a licitante vencedora não comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo estabelecido, recusar-se injustificadamente, ou ainda não comprovar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas, ficará caracterizada a perda do direito ao registro, podendo a Administração, observada a ordem de classificação e mediante convocação formal, chamar as licitantes remanescentes para assinatura da ARP, nas mesmas condições ofertadas pela vencedora, inclusive quanto a preços e especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsão editalícia e legislação vigente.

12.5. Da manutenção das condições de habilitação no momento da assinatura

12.5.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP) e/ou do instrumento contratual, quando aplicável, fica condicionada à manutenção, pela licitante vencedora, de todas as condições de habilitação exigidas no Edital, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais requisitos legais pertinentes.

12.5.2. Caso se verifique, no momento da convocação para assinatura, a perda superveniente de qualquer requisito de habilitação, a Administração poderá, mediante decisão motivada, oportunizar a regularização quando juridicamente cabível, observado o regime aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da preservação do interesse público e da segurança jurídica.

12.5.3. Persistindo a irregularidade, ou tratando-se de hipótese não passível de saneamento, a licitante vencedora será impedida de formalizar o registro/contratação, caracterizando-se a perda do direito à assinatura, com adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive convocação das licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, e aplicação das sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6. Da assinatura eletrônica e validade jurídica

12.6.1. A formalização da Ata de Registro de Preços (ARP) e/ou do instrumento contratual poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive com utilização de assinatura digital/eletrônica, desde que assegurada a autenticidade, integridade, validade jurídica, rastreabilidade e não repúdio do documento, conforme as normas aplicáveis à Administração Pública.

12.6.2. Para todos os efeitos legais, a assinatura eletrônica possui a mesma validade da assinatura manuscrita, produzindo efeitos jurídicos a partir da sua aposição e da devida juntada aos autos, sem prejuízo da publicação dos extratos e demais atos de publicidade exigidos, quando aplicável.

12.6.3. A licitante convocada deverá manter atualizados seus dados cadastrais, especialmente endereço eletrônico (e-mail) e contatos oficiais, assumindo inteira responsabilidade pelo recebimento de comunicações encaminhadas pela Administração, não podendo alegar desconhecimento por falhas decorrentes de informações desatualizadas.

13 – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A execução do objeto consistirá na disponibilização, mobilização e operação de veículos, com fornecimento de meios apropriados e equipe profissional habilitada, destinados à mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, em atendimento à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e nos instrumentos decorrentes (Ata de Registro de Preços e eventuais Contratos).

13.2. Os serviços serão prestados sob demanda, de forma parcelada e contínua, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, itinerários e cronogramas operacionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade registrada na Ata de Registro de Preços.

13.3. A execução deverá ocorrer em conformidade com as rotas, horários, pontos de embarque e desembarque e demais parâmetros operacionais definidos pela Administração, respeitando-se o calendário letivo, os horários oficiais de funcionamento das unidades escolares, bem como as rotinas de deslocamento dos beneficiários, incluindo, quando aplicável, transporte de universitários para outros municípios, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

13.4. A Contratada deverá assegurar a pontualidade, regularidade, continuidade, segurança e adequação operacional do serviço, sendo vedada a interrupção injustificada, bem como a prestação em condições inferiores às especificações técnicas exigidas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação vigente.

13.5. Mobilização inicial e início da execução

13.5.1. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços após a convocação formal da Administração, observando-se que:

- a) o prazo para mobilização inicial será definido na Ordem de Serviço/Autorização de Execução, observadas as condições de contratação e execução previstas neste Termo de Referência;
- b) a mobilização compreende a disponibilização de veículos, condutores, quando aplicável monitores, documentação e demais requisitos de segurança e regularidade operacional.

13.5.2. A Contratada deverá atender aos prazos e condições de mobilização previstos no instrumento convocatório e nos instrumentos decorrentes, sob pena de caracterização de inadimplemento e adoção das medidas administrativas cabíveis.

13.6. Condições de operação, segurança e regularidade dos veículos

13.6.1. Os veículos destinados à execução do objeto deverão ser mantidos em condições plenas de uso, com manutenção preventiva e corretiva em dia, devendo atender integralmente às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), às normas aplicáveis ao transporte coletivo e escolar, e às condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

13.6.2. A Contratada deverá assegurar que os veículos estejam em condições de operação com:

- a) documentação regular (licenciamento e demais documentos obrigatórios);
- b) condições adequadas de higiene, conservação e conforto mínimo compatível com a natureza do serviço;
- c) equipamentos de segurança e itens obrigatórios de circulação;
- d) funcionamento regular de todos os sistemas essenciais (freios, iluminação, pneus, sinalização, acessibilidade quando aplicável, etc.).

13.7. Fiscalização, controle e acompanhamento da execução

13.7.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo à Contratada facilitar a fiscalização e fornecer todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento do serviço.

13.7.2. A Contratada deverá manter registro e controle operacional mínimo, incluindo, quando solicitado:

- a) rotas executadas;
- b) horários de saída e chegada;
- c) identificação do veículo e do condutor;
- d) ocorrências relevantes e medidas adotadas;
- e) substituições e acionamento de frota reserva.

13.8. Substituição de veículo e continuidade do serviço

13.8.1. Em caso de falha mecânica, sinistro, indisponibilidade do veículo, ou qualquer situação que comprometa a execução regular do serviço, a Contratada deverá providenciar substituição imediata, por veículo compatível com o item correspondente, garantindo a continuidade do atendimento sem prejuízo aos beneficiários.

13.8.2. A substituição deverá ocorrer de forma a evitar descontinuidade do serviço, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias para mitigação de impactos, inclusive acionamento de frota reserva, quando aplicável.

13.9. Recusa da execução e não conformidade

13.9.1. A Administração poderá recusar a execução do serviço (total ou parcial), sempre que constatado que:

- a) o veículo não atende às especificações do Termo de Referência e do Edital;
- b) o veículo apresenta condições inseguras, inadequadas ou irregulares;
- c) inexistem os requisitos mínimos de regularidade documental e operacional;
- d) a equipe designada não atende às exigências de habilitação e conduta compatíveis com o serviço;
- e) houver qualquer desconformidade material que comprometa a segurança, a continuidade e a finalidade pública da contratação.

13.9.2. A recusa da execução ou o recebimento provisório/definitivo de registros de execução não afasta a responsabilidade da Contratada por danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes de execução

inadequada, aplicando-se as penalidades e responsabilidades previstas no Edital, na Ata e na Lei nº 14.133/2021.

13.10. Responsabilidade da Contratada e vedação de alegações posteriores

13.10.1. A Contratada é integralmente responsável pela adequada execução dos serviços, inclusive pela disponibilização dos meios necessários ao cumprimento das Ordens de Serviço, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de condições operacionais, peculiaridades do serviço, rotas, horários ou necessidades da Administração.

13.10.2. Eventuais ajustes de itinerários, horários e rotinas operacionais poderão ser realizados pela Administração, mediante comunicação formal, em razão do interesse público e das necessidades do serviço, sem prejuízo da continuidade da execução e observadas as condições contratuais.

13.11. Condições especiais de atendimento (escolas, unidades e deslocamentos intermunicipais)

13.11.1. Considerando a natureza do objeto e sua finalidade pública, a Contratada deverá assegurar que o serviço seja prestado com padrão compatível com o transporte regular de estudantes, incluindo deslocamentos vinculados à rede municipal e, quando aplicável, deslocamentos para atendimento de universitários em outros municípios, conforme planejamento e programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

13.11.2. A Contratada deverá manter conduta operacional compatível com a sensibilidade do serviço, assegurando respeito aos beneficiários, regularidade e zelo na execução, observando-se sempre o interesse público e a segurança dos usuários.

14 – DO RECEBIMENTO, DA MEDIÇÃO E DO ATESTO DA EXECUÇÃO (SRP)

14.1. Considerando que a presente contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), o registro formalizado em Ata não implica, por si só, obrigação imediata de contratação, ficando a execução condicionada à emissão de Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, conforme necessidade, conveniência e oportunidade da Administração, observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária.

14.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidor(es) designado(s) formalmente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo à Contratada garantir total colaboração e transparência durante toda a execução.

14.3. Para fins de controle, rastreabilidade e verificação objetiva da execução, a Contratada deverá manter e disponibilizar, sempre que solicitado, registros mínimos operacionais e de prestação do serviço, incluindo, no que couber:

- a) relação de veículos efetivamente disponibilizados por dia/turno, com identificação completa (placa, ano/modelo e item do SRP a que se vincula);
- b) identificação dos condutores e, quando aplicável, monitores;
- c) itinerários e horários executados;
- d) registros de ocorrências, substituições e acionamento de frota reserva;
- e) demais informações necessárias ao controle da execução e à motivação do atesto.

14.4. Do recebimento e da verificação da conformidade

14.4.1. O recebimento e a verificação da execução observarão critérios objetivos de conformidade com o Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e eventuais contratos, abrangendo, no mínimo:

- a) disponibilidade efetiva do(s) veículo(s) conforme Ordem de Serviço;
- b) atendimento às especificações técnicas mínimas exigidas;
- c) regularidade documental e operacional dos veículos e da equipe;
- d) cumprimento de itinerários, horários e condições operacionais;
- e) prestação contínua, segura e compatível com a finalidade pública do serviço.

14.4.2. Constatada qualquer desconformidade material na execução, a Administração poderá:

- a) glosar total ou parcialmente a medição;
- b) determinar correção/substituição imediata;
- c) registrar ocorrência formal para fins de penalidades;
- d) adotar providências administrativas cabíveis, inclusive para apuração de responsabilidade.

14.4.3. O recebimento, atesto ou aceite de determinada execução não afasta a responsabilidade da Contratada por vícios, falhas, irregularidades ou danos decorrentes de execução inadequada, mantendo-se íntegra a possibilidade de responsabilização administrativa, civil e/ou contratual.

14.5. Da medição da execução (apuração quantitativa e qualitativa)

14.5.1. A medição consistirá no procedimento administrativo destinado a apurar, com base em critérios verificáveis, a execução efetiva do objeto no período de referência, considerando:

- a) o quantitativo efetivamente executado;
- b) a conformidade técnica da execução;
- c) a aderência aos requisitos mínimos do Termo de Referência;
- d) a regularidade operacional e a continuidade do serviço;
- e) o cumprimento das condições vinculadas à Ordem de Serviço.

14.5.2. A medição será realizada com base em relatório(s) de execução e documentos de controle apresentados pela Contratada e/ou produzidos pela Administração, podendo incluir registros próprios do órgão demandante, relatórios da fiscalização, checklists operacionais e demais elementos que comprovem a execução.

14.5.3. Para fins de SRP, a medição deverá observar o vínculo formal entre:

- a) a Ordem de Serviço emitida;
- b) o item registrado em Ata;
- c) o veículo disponibilizado e efetivamente operado;
- d) o período de execução considerado;
- e) o resultado da verificação de conformidade.

14.6. Do atesto (condição para reconhecimento da execução)

14.6.1. O atesto da execução consiste no ato administrativo formal por meio do qual o fiscal/gestor do contrato (ou responsável designado) certifica que o serviço foi prestado no período avaliado, em conformidade com os parâmetros técnicos e operacionais estabelecidos.

14.6.2. O atesto somente será emitido após a conferência da conformidade da execução, podendo ser:

- a) atesto integral, quando a execução estiver plenamente conforme;
- b) atesto parcial, quando houver execução parcial ou quando parte da execução for glosada por desconformidade;
- c) recusa de atesto, quando a execução for considerada incompatível com o Termo de Referência ou quando houver irregularidade material que impeça o reconhecimento do serviço.

14.6.3. A ausência de atesto, a recusa motivada ou a emissão de atesto parcial não configura, por si, alteração unilateral de condições, mas decorre da obrigação da Administração de reconhecer apenas o que foi efetivamente executado de forma regular, em respeito aos princípios da legalidade, eficiência, motivação, segurança jurídica e interesse público.

14.7. Do relatório de fiscalização e rastreabilidade

14.7.1. A fiscalização deverá produzir, sempre que aplicável, relatório(s) técnicos de acompanhamento da execução, com registros mínimos que assegurem rastreabilidade e transparência, contendo, no mínimo:

- a) período de referência;
- b) itens executados;
- c) veículos disponibilizados e utilizados;
- d) ocorrências registradas;
- e) medidas corretivas adotadas;
- f) conclusão quanto à conformidade e recomendação de atesto.

14.7.2. A Contratada deverá manter-se disponível para esclarecimentos formais e complementações necessárias à instrução da medição, sem prejuízo da responsabilidade pela documentação e execução.

14.8. Da Medição e Pagamento por Item (Urbano/Rodoviário/Micro)

14.8.1. Para assegurar o julgamento objetivo, a rastreabilidade da execução e a compatibilidade com o Sistema de Registro de Preços, a Administração adotará metodologia de medição vinculada aos itens do SRP, de modo que a execução e o reconhecimento do serviço ocorrerão de forma individualizada por item, conforme previsto no Edital e neste Termo de Referência.

14.8.2. A metodologia detalhada de medição e pagamento por item, contemplando os parâmetros específicos aplicáveis ao Item 1 (Ônibus Urbano Municipal), Item 2 (Ônibus Rodoviário) e Item 3 (Micro-ônibus), será disciplinada em capítulo próprio deste Termo de Referência, com definição expressa de:

- a) unidade de medição;
- b) critérios de apuração;
- c) documentação mínima exigida;
- d) hipóteses de glosa;

- e) correlação com a frota reserva operacional e demais obrigações;
- f) reflexos administrativos em caso de falhas e desconformidades.

15 – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO POR ITEM

15.1. Premissas e regime de execução (SRP)

15.1.1. A presente contratação será processada sob a sistemática de Sistema de Registro de Preços (SRP), com execução sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço/Autorização de Execução, de acordo com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.

15.1.2. O pagamento somente será devido após a medição, validação e atesto formal da execução, observados os critérios objetivos estabelecidos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e, quando aplicável, no contrato.

15.2. Itens do SRP e segregação objetiva de medição

15.2.1. Para fins de controle, rastreabilidade, julgamento objetivo e economicidade, o objeto será executado e medido de forma individualizada por item do SRP, a saber:

Item 1 – Ônibus Urbano Municipal: destinado ao atendimento da rede municipal de ensino e demais rotas escolares municipais sob gestão da SEDUC.

Item 2 – Ônibus Rodoviário: destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários beneficiários da política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, conforme programação oficial da SEDUC.

Item 3 – Micro-ônibus: destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários beneficiários da política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, conforme programação oficial da SEDUC.

15.2.2. O julgamento, adjudicação, convocação, execução, medição e pagamento poderão ocorrer por item, conforme conveniência administrativa e necessidade do serviço, sendo vedada a compensação cruzada de desempenho entre itens distintos.

15.3. Unidade de medição e apuração da execução

15.3.1. A unidade de medição será definida de forma compatível com a execução real e com a natureza continuada do serviço, observando-se o seguinte padrão mínimo:

- a) execução do serviço por veículo efetivamente disponibilizado e operacional;
- b) execução por período apurado, conforme Ordem de Serviço (ex.: dia/turno/mês), de acordo com a programação oficial;
- c) execução vinculada ao item do SRP correspondente (urbano/rodoviário/micro).

15.3.2. A medição considerará, cumulativamente:

I – Critério quantitativo: número de veículos efetivamente disponibilizados e utilizados, por item, conforme a programação e Ordem de Serviço;

II – Critério qualitativo: conformidade técnica e operacional, incluindo cumprimento de itinerário, regularidade de equipe, segurança e disponibilidade.

15.4. Condição de mobilização inicial mínima (marco de execução)

15.4.1. Como condição objetiva de início regular da execução contratual, a Contratada deverá apresentar e disponibilizar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da frota vinculada ao objeto contratado, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos contados da assinatura do contrato ou da emissão da primeira Ordem de Serviço, conforme disciplinamento do instrumento convocatório.

15.4.2. O descumprimento do marco de mobilização inicial caracteriza falha grave de execução, ensejando:

- a) registro formal de ocorrência;
- b) glosa da medição correspondente ao período de indisponibilidade;
- c) aplicação de sanções e penalidades cabíveis, conforme capítulo próprio.

15.5. Frota reserva operacional mínima por item (10%) – regra de continuidade

15.5.1. Para assegurar continuidade, segurança operacional e regularidade do serviço, a Contratada deverá manter frota reserva operacional mínima de 10% (dez por cento) por item, calculada sobre o quantitativo contratado e/ou demandado no período, observando-se:

Item 1 – Ônibus Urbano Municipal: frota reserva mínima de 10% do quantitativo operacional do item;

Item 2 – Ônibus Rodoviário: frota reserva mínima de 10% do quantitativo operacional do item;

Item 3 – Micro-ônibus: frota reserva mínima de 10% do quantitativo operacional do item.

15.5.2. A frota reserva operacional deverá ser mobilizável e acionável em prazo compatível com a continuidade do serviço, destinando-se a cobrir substituições por:

- a) falhas mecânicas;
- b) sinistros;
- c) indisponibilidade do veículo principal;
- d) intercorrências operacionais que impeçam o cumprimento da programação.

15.5.3. A indisponibilidade de frota reserva quando acionada será considerada descumprimento relevante, com repercussão direta na medição, atesto e aplicação de penalidades.

15.6. Monitor – condição de conformidade do serviço

15.6.1. Quando exigido para a rota, público atendido, características do veículo ou diretrizes operacionais da SEDUC, a execução será considerada regular apenas se houver disponibilização de monitor(a), devidamente identificado e apto, para acompanhamento dos beneficiários.

15.6.2. A ausência de monitor quando aplicável caracteriza execução desconforme, ensejando:

- a) registro formal de ocorrência;
- b) glosa proporcional da medição do período/rota afetada;
- c) aplicação de sanções, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

15.7. Documentos mínimos para medição por item (rastreabilidade e controle)

15.7.1. Para fins de medição e atesto, a Contratada deverá apresentar, no mínimo, relatório consolidado por período, contendo:

- a) identificação do item do SRP (1, 2 ou 3);
- b) relação dos veículos disponibilizados e efetivamente operados (placa, ano/modelo, categoria);
- c) identificação do motorista e, quando aplicável, monitor;
- d) programação executada (datas, turnos, rotas, horários);
- e) registros de substituições e acionamento de frota reserva;
- f) ocorrências e justificativas formalizadas.

15.7.2. A Administração poderá utilizar registros próprios de controle interno (planilhas de frequência, programação, registros de itinerário, relatórios de fiscalização, checklists operacionais) como base subsidiária para validação.

15.8. Glosas (descontos) – critérios objetivos por item

15.8.1. Será passível de glosa total ou parcial, por item, a execução que não atender aos requisitos mínimos, inclusive nas hipóteses exemplificativas abaixo:

- a) veículo não disponibilizado no período programado;
- b) atraso relevante que comprometa a finalidade do serviço;
- c) veículo disponibilizado em desconformidade técnica;
- d) ausência de monitor quando aplicável;
- e) ausência de frota reserva quando acionada;
- f) substituição não realizada em tempo compatível;
- g) descumprimento de rota/itinerário por motivo imputável à Contratada.

15.8.2. A glosa será formalizada em relatório de fiscalização/medição, com indicação do item afetado, período, evento e fundamento técnico, assegurando motivação e rastreabilidade do ato.

15.9. Penalidades específicas vinculadas à medição (execução e continuidade)

15.9.1. Sem prejuízo das sanções previstas em lei, no Edital, na ARP e no contrato, poderão ensejar penalidades específicas, dentre outras:

- a) descumprimento do marco de mobilização inicial mínima (50% em 7 dias);
- b) falha reiterada na manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%);
- c) ausência de monitor quando aplicável;
- d) indisponibilidade injustificada de veículo operacional;
- e) reincidência de ocorrências que comprometam continuidade e segurança.

15.9.2. As penalidades poderão ser aplicadas com base em critérios objetivos e registros formais, inclusive com reflexos diretos sobre:

- a) glosa de medição;

- b) advertência;
- c) multa;
- d) impedimento de licitar e contratar;
- e) rescisão, quando cabível.

15.10. Pagamento por item e vinculação à execução validada

15.10.1. O pagamento será processado por item do SRP, considerando exclusivamente a execução efetivamente prestada e atestada, vedada qualquer forma de compensação entre itens.

15.10.2. O valor devido em cada período será calculado com base:

- a) na execução validada e atestada;
- b) nas glosas aplicadas;
- c) na conformidade com frota reserva, mobilização e equipe;
- d) no preço registrado do item correspondente.

15.10.3. A emissão de nota fiscal deverá refletir, obrigatoriamente:

- a) o item do SRP;
- b) o período medido;
- c) o quantitativo validado;
- d) os valores unitários e totais.

15.11 – Conceito operacional de “diária” e referência mensal

Para fins de medição, entende-se por diária a disponibilização do veículo e equipe correspondente, em condições regulares de operação, com execução integral da programação definida em Ordem de Serviço no respectivo dia, incluindo rotas e turnos aplicáveis ao item.

O parâmetro de 22 (vinte e dois) dias/mês constitui referência estimativa de planejamento, podendo variar conforme calendário escolar, feriados, recessos e programação oficial, sendo o pagamento vinculado exclusivamente à medição e ao atesto da execução efetiva.

16 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Natureza e regime de execução

16.1.1. A contratação possui natureza continuada, com execução sob demanda, em conformidade com a programação oficial da Secretaria Municipal de Educação, destinada à mobilidade regular dos beneficiários atendidos pela política específica regulamentada na Lei nº 2.683/2025, abrangendo rotas municipais (rede municipal de ensino) e rotas intermunicipais (universitários), mediante Sistema de Registro de Preços (SRP).

16.1.2. A execução ocorrerá por meio de Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, emitidas conforme necessidade administrativa, sem obrigatoriedade de contratação integral do quantitativo estimado, respeitadas as regras do SRP, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

16.1.3. A operacionalização do serviço deverá preservar a segurança, a pontualidade, a continuidade, a regularidade, a confiabilidade e a adequação dos meios utilizados (veículos/equipe), de modo compatível com o interesse público e com o dever de eficiência.

16.2. Conformidade legal e regulatória da execução

16.2.1. A Contratada deverá observar, durante toda a vigência da ARP e dos contratos dela decorrentes, a legislação e regulamentação aplicáveis ao transporte coletivo de passageiros e, quando pertinente, ao transporte escolar, incluindo requisitos de segurança, documentação veicular, habilitação e conduta profissional, sem prejuízo das exigências específicas definidas neste Termo de Referência e no Edital.

16.2.2. A Contratada deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições de execução e que dispõe de organização operacional compatível, assumindo integral responsabilidade técnica, operacional, trabalhista, previdenciária, securitária e civil pela prestação do serviço.

16.3. Requisitos mínimos de habilitação e distinção entre habilitação e condições de execução

16.3.1. A licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, os requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos exigidos no Edital, observada a legislação vigente e o princípio do julgamento objetivo.

16.3.2. As exigências relacionadas à capacidade operacional imediata e à mobilização do serviço, por envolverem dinâmica operacional e disponibilidade real ao início/curso da execução, serão tratadas, preferencialmente, como condições de contratação e de execução, a serem verificadas no início da prestação e ao longo da execução, sem prejuízo de compromissos formais assumidos pela licitante na proposta e/ou declarações específicas, quando assim previsto.

16.4. Padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho

16.4.1. Os veículos, a equipe e os procedimentos operacionais deverão atender aos padrões mínimos definidos neste Termo de Referência, assegurando:

I – segurança dos beneficiários;

II – adequação do veículo ao tipo de rota (urbana/intermunicipal) e ao item do SRP;

III – regularidade e continuidade do serviço, inclusive por meio de frota reserva operacional;

IV – conforto mínimo e condições de uso compatíveis com a finalidade;

V – rastreabilidade e transparência, mediante registros formais para medição e fiscalização.

16.5. Princípios e governança aplicáveis

16.5.1. A contratação e sua execução observarão os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, com ênfase em legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, motivação, segurança jurídica, transparência, julgamento objetivo e segregação de funções.

16.5.2. Para fins de governança e controle, fica expressamente reconhecida a distinção entre:

a) responsabilidades da área demandante (definição de necessidade, rotas, programação e requisitos operacionais);

b) responsabilidades da gestão e fiscalização (acompanhamento, validação, atesto e registro); e

c) responsabilidades da Contratada (execução integral, riscos e resultados).

17 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. Direção da demanda e programação do serviço

17.1.1. Definir e formalizar, por meio de Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, a programação operacional aplicável, com indicação mínima de:

I – item do SRP (urbano/rodoviário/micro);

II – rotas e/ou itinerários, quando aplicável;

III – horários/pontos de embarque e desembarque;

IV – quantitativos demandados no período;

V – exigência de monitor quando aplicável, conforme diretrizes da SEDUC e características da rota.

17.1.2. Promover ajustes na programação por necessidade superveniente, mediante formalização, sem alteração indevida do objeto e respeitando o equilíbrio contratual quando aplicável.

17.2. Fiscalização, medição e atesto

17.2.1. Designar formalmente gestor do contrato e fiscais, com definição objetiva de atribuições, preservando segregação de funções.

17.2.2. Realizar acompanhamento da execução, registrando ocorrências, desconformidades e providências em relatórios próprios e/ou sistemas internos, garantindo motivação e rastreabilidade.

17.2.3. Efetuar a medição e o atesto da execução, por item do SRP, apenas após validação objetiva dos requisitos mínimos de execução, inclusive continuidade operacional.

17.3. Pagamento

17.3.1. Processar o pagamento após medição e atesto, conforme regras do Termo de Referência, ARP e eventual contrato, observando glosas quando aplicáveis e vedando pagamento por serviço não executado ou executado em desconformidade.

17.4. Comunicação e providências administrativas

17.4.1. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer anormalidades verificadas, determinando providências corretivas e prazos quando cabível.

17.4.2. Encaminhar à autoridade competente informações relevantes e relatórios que possam subsidiar decisões administrativas, inclusive sobre aplicação de sanções, quando necessário.

18 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Execução conforme programação e item do SRP

18.1.1. Executar integralmente os serviços de transporte conforme Ordens de Serviço/Autorizações de Execução, respeitando rotas, horários, pontos de embarque/desembarque e o item do SRP correspondente (urbano/rodoviário/micro), assegurando regularidade e pontualidade.

18.1.2. É vedada a substituição de item (ex.: utilizar micro-ônibus em lugar de ônibus rodoviário) sem autorização formal, salvo em contingência e com validação imediata da fiscalização, preservando segurança e adequação técnica.

18.2. Mobilização inicial e prontidão operacional

18.2.1. Cumprir a mobilização inicial mínima, disponibilizando no mínimo 50% da frota demandada/contratada no prazo máximo de 07 (sete) dias após a assinatura do contrato e/ou primeira Ordem de Serviço, conforme previsto no Termo de Referência, garantindo início regular do serviço.

18.2.2. Manter capacidade de resposta compatível com a dinâmica do serviço, incluindo substituições imediatas e recomposição de frota, sem interrupção indevida.

18.3. Frota reserva operacional mínima por item (10%)

18.3.1. Manter, durante toda a execução, frota reserva operacional mínima de 10% por item, mobilizável e acionável, para assegurar continuidade do serviço diante de falhas mecânicas, sinistros, indisponibilidades e intercorrências operacionais.

18.3.2. A frota reserva deverá ser adequada ao item correspondente (urbano/rodoviário/micro), preservando equivalência operacional e segurança, não se admitindo substituição incompatível com a rota, salvo autorização formal em situação excepcional.

18.4. Garagem e apoio operacional

18.4.1. Manter garagem/base operacional em raio máximo de 15 km da Secretaria Municipal de Educação, de modo a assegurar logística compatível com a continuidade do serviço, rápida reposição/substituição e efetividade da frota reserva.

18.5. Equipe: motoristas e monitores

18.5.1. Disponibilizar motoristas habilitados, capacitados e em condições legais de exercício, garantindo que a equipe seja suficiente para a programação, incluindo cobertura de ausências e substituições.

18.5.2. Quando aplicável (conforme rota/público/critério operacional da SEDUC e previsão do TR), disponibilizar monitor(a) para acompanhamento dos beneficiários, devidamente identificado e apto, sendo a ausência, quando exigida, considerada execução desconforme.

18.6. Conformidade técnica dos veículos

18.6.1. Manter os veículos em condições regulares de uso, conservação, higiene, segurança e operação, com documentação e inspeções em dia, garantindo conformidade técnica contínua.

18.6.2. Substituir imediatamente veículos com falhas que comprometam a segurança ou a regularidade, acionando frota reserva sempre que necessário.

18.7. Encargos, custos e riscos

18.7.1. Assumir integralmente custos e riscos da execução, incluindo manutenção preventiva/corretiva, pessoal, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, tributos, documentação, logística, gestão operacional e quaisquer despesas inerentes, sem repasse indevido ao Contratante.

18.8. Registros, relatórios e rastreabilidade

18.8.1. Fornecer registros e relatórios operacionais necessários à medição e fiscalização, por item do SRP, com dados mínimos de veículos, equipe, rotas, horários, substituições e ocorrências, em padrão que permita auditoria e controle.

18.8.2. Manter canal formal de comunicação operacional com a SEDUC, sem substituir os meios oficiais do processo licitatório/contratual.

18.9. Correção de falhas e prevenção de reincidência

18.9.1. Corrigir imediatamente desconformidades, adotando medidas preventivas para evitar repetição, sem prejuízo de glosas, registros e sanções cabíveis.

18.9.2. Substituir, às suas expensas, veículos e/ou profissionais que não atendam às exigências, sempre que determinado pela fiscalização e/ou quando necessário para manter a execução regular.

19 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

19.1. Modelo de fiscalização e segregação de funções

19.1.1. A fiscalização e a gestão da execução serão exercidas pela Secretaria Municipal de Educação, por servidores formalmente designados, com definição objetiva de responsabilidades, garantindo segregação de funções, rastreabilidade e aderência às boas práticas de governança.

19.1.2. Caberá ao gestor do contrato coordenar o acompanhamento administrativo e ao fiscal (ou fiscais) verificar a execução material do serviço, registrando evidências e ocorrências.

19.2. Registros e evidências (padrão de controle)

19.2.1. A fiscalização registrará, por item do SRP, as ocorrências e desconformidades, com indicação de data, rota, veículo, equipe, evento e providências adotadas, compondo lastro objetivo para medição, glosa e eventual responsabilização.

19.2.2. A Administração poderá utilizar checklists, relatórios, controles internos e quaisquer instrumentos necessários ao controle do serviço, inclusive para validação da frota reserva, mobilização inicial e presença de monitor quando aplicável.

19.3. Medição, glosa e atesto

19.3.1. A medição e o atesto observarão critérios objetivos, com apuração por item do SRP, vinculada à execução efetivamente prestada e validada.

19.3.2. A Administração poderá glosar total ou parcialmente a execução desconforme, registrando motivação e evidências, garantindo transparência e controle.

19.4. Providências e comunicação formal

19.4.1. Identificada desconformidade, a fiscalização comunicará formalmente a Contratada para adoção de medidas corretivas, conforme a gravidade, sem prejuízo do registro da ocorrência e repercussões na medição.

19.4.2. Situações reiteradas, graves ou que comprometam continuidade e segurança deverão ser comunicadas à autoridade competente, com relatório circunstanciado, para deliberação quanto a medidas administrativas cabíveis.

19.5. Ausência de corresponsabilidade do Contratante

19.5.1. A atuação da fiscalização não exime, reduz ou mitiga a responsabilidade integral da Contratada pela execução, nem transfere ao Contratante o risco operacional do serviço.

19.5.2. Eventuais prejuízos decorrentes de falhas de execução imputáveis à Contratada deverão ser por ela suportados e ressarcidos, quando cabível, sem prejuízo de sanções administrativas.

20 – PENALIDADES, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO

20.1. Finalidade, abrangência e fundamentos

20.1.1. O presente capítulo disciplina, de forma exaustiva, as penalidades, sanções administrativas e demais consequências aplicáveis no âmbito deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços (ARP) e dos contratos dela decorrentes, abrangendo todas as fases do processo: licitação, formalização da ARP/contrato, mobilização inicial, execução, medição/atesto/pagamento, gestão/fiscalização, alterações/ocorrências e encerramento.

20.1.2. As sanções observarão a Lei nº 14.133/2021, os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, eficiência, interesse público, devido processo administrativo e contraditório e ampla defesa, bem como as regras específicas do Edital, da ARP e do contrato.

20.1.3. A aplicação de sanções não exclui: (i) glosas e ajustes de medição; (ii) eventual rescisão; (iii) responsabilização civil por danos; (iv) comunicação a órgãos de controle; e (v) demais providências cabíveis.

20.2. Princípios operacionais do regime sancionatório

20.2.1. Segregação entre “glosa” e “sanção”.

a) Glosa é consequência técnico-contábil vinculada à medição/atesto, aplicada quando o serviço não foi executado, foi executado parcialmente ou em desconformidade, ajustando o valor devido sem caráter punitivo.

b) Sanção é medida punitivo-administrativa, aplicada após processo regular, quando caracterizada infração administrativa contratual/licitatória.

20.2.2. Graduação e reincidência.

As penalidades observarão escalonamento progressivo, conforme gravidade, dano, risco à continuidade e segurança, vantagem auferida, histórico de execução e reincidência: advertência → multa → impedimento de licitar e contratar (sem prejuízo de outras medidas legais).

20.2.3. Aplicação por item do SRP.

Sempre que tecnicamente possível, a apuração e a responsabilização serão individualizadas por item do SRP (Item 1 – Urbano / Item 2 – Rodoviário / Item 3 – Micro-ônibus), preservando a proporcionalidade e o julgamento objetivo.

20.3. Infrações e consequências: regras gerais

20.3.1. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, aquelas que:

- I – comprometam a continuidade, a regularidade ou a segurança do transporte;
- II – frustrem ou prejudiquem a execução por inobservância de condições operacionais;
- III – descumpram prazos e obrigações assumidas na ARP/contrato;

IV – representem comportamento incompatível com a boa-fé objetiva e com a cooperação contratual;

V – importem em execução desconforme reiterada, ainda que sem dano imediato, quando houver risco sistêmico ao serviço.

20.3.2. Registro e rastreabilidade como condição de aplicação.

A fiscalização manterá registros mínimos (data, item, rota, veículo, equipe, ocorrência, providência e evidências), constituindo base para glosa e eventual processo sancionatório.

20.3.3. Não cumulação indevida.

Poderão coexistir glosa e sanção quando houver: (i) serviço não prestado (glosa) e (ii) infração administrativa (sanção). Evitar-se-á duplicidade punitiva pelo mesmo fato, sem prejuízo da recomposição do erário.

20.4. Penalidades específicas integradas ao modelo (SRP + mobilização + frota reserva + monitor)

20.4.1. Atraso na mobilização inicial mínima ($\geq 50\%$ em até 07 dias)

a) Configuração da infração

Considera-se infração a não disponibilização, no prazo máximo de 07 (sete) dias após a assinatura do contrato e/ou da primeira Ordem de Serviço, de no mínimo 50% da frota demandada/contratada, por item, conforme programação da SEDUC, incluindo equipe mínima necessária.

b) Consequências administrativas (medição/glosa)

I – glosa integral do período/rota não atendidos;

II – registro formal da ocorrência e determinação de regularização imediata.

c) Sanções (escala mínima recomendada, por item)

I – Advertência formal, quando o atraso for pontual, sem impacto relevante e imediatamente sanado;

II – Multa moratória diária, calculada sobre o valor estimado da demanda afetada do item, enquanto perdurar o atraso, limitada a teto definido no Edital/contrato;

III – Multa compensatória, quando o atraso comprometer a programação oficial e gerar necessidade de replanejamento, substituições emergenciais ou prejuízo ao serviço;

IV – Impedimento de licitar e contratar, nos casos de atraso grave, persistente, ou que inviabilize a prestação, especialmente quando houver recusa injustificada ou reincidência.

20.4.2. Falta ou indisponibilidade de frota reserva operacional mínima (10% por item)

a) Configuração da infração

Caracteriza infração:

I – não manter frota reserva operacional mínima de 10% por item, mobilizável e acionável;

II – não acionar a reserva quando necessária, resultando em interrupção, atrasos relevantes ou cancelamentos;

III – manter frota reserva incompatível tecnicamente com o item (substituição inadequada sem autorização formal).

b) Consequências administrativas (medição/glosa)

I – glosa proporcional à parcela do serviço não prestada ou prestada em desconformidade;

II – glosa de eventos específicos (rota/turno) quando houver interrupção por indisponibilidade.

c) Sanções (por item e por ocorrência, conforme gravidade)

I – Advertência, na primeira ocorrência de baixa materialidade, sem prejuízo do registro;

II – Multa por ocorrência, quando a ausência de reserva acarretar cancelamento de rota, atraso significativo, ou necessidade de reorganização logística;

III – Multa agravada, quando houver risco à continuidade do serviço ou quando a ausência de reserva expuser beneficiários a situação de insegurança/abandono de rota;

IV – Impedimento de licitar e contratar, quando: (i) houver reincidência relevante; (ii) ocorrer paralisação sistêmica; (iii) houver recusa em recompor a frota; ou (iv) ficar evidenciada incapacidade operacional incompatível com o compromisso assumido.

20.4.3. Ausência de monitor, quando aplicável

a) Configuração da infração

Caracteriza infração a execução de rotas/serviços que exijam monitor (conforme Ordem de Serviço, programação da SEDUC e regras deste TR), sem disponibilização do profissional, ou com profissional não identificado/não apto.

b) Consequências administrativas (medição/glosa)

I – glosa do período/rota executados em desconformidade, quando a ausência comprometer a segurança e a finalidade do serviço;

II – determinação de regularização imediata e registro formal.

c) Sanções (graduadas)

I – Advertência, em situação pontual e imediatamente corrigida, sem risco;

II – Multa por ocorrência, quando houver execução com risco à segurança/controle dos beneficiários;

III – Multa agravada e recomendação de abertura de processo sancionatório, quando houver reincidência, resistência em regularizar ou ocorrência com potencial dano;

IV – Impedimento de licitar e contratar, quando a conduta demonstrar desprezo reiterado ao dever de segurança e continuidade, ou quando houver impacto relevante e comprovado.

20.4.4. Substituição tardia de veículo / falha de reposição imediata

a) Configuração da infração

Configura infração:

I – não substituir veículo com falha mecânica, deficiência de segurança ou desconformidade em tempo compatível com a continuidade do serviço;

II – atrasar reposição quando exigida por fiscalização;

III – operar com veículo inadequado ao item/rota.

b) Consequências administrativas (medição/glosa)

I – glosa do período/rota afetados;

II – glosa parcial quando houver execução com qualidade inferior, sem prejuízo de outras medidas.

c) Sanções (por ocorrência)

I – advertência, quando mínima materialidade e correção imediata;

II – multa por ocorrência quando causar atrasos, cancelamentos, ou desconformidade de segurança;

III – multa agravada quando houver risco à integridade dos beneficiários;

IV – impedimento em caso de reincidência relevante, má-fé, ou manutenção deliberada de frota inadequada.

20.5. Infrações transversais: licitação, ARP, assinatura e manutenção de condições

20.5.1. Recusa injustificada em assinar ARP/contrato ou em manter condições

a) Constitui infração a recusa injustificada, o não comparecimento/assinatura no prazo ou a não comprovação/manutenção das condições exigidas no momento da assinatura.

b) Sanções: advertência (quando justificável e sanado), multa, e/ou impedimento, conforme gravidade e efeito sobre o certame, além da convocação do próximo colocado e demais providências legais.

20.5.2. Perda superveniente de condições essenciais de habilitação/execução

a) Verificada perda superveniente (regularidade, capacidade mínima operacional, condições legais de execução), a Administração poderá:

I – suspender temporariamente a execução daquele item;

II – instaurar procedimento para saneamento em prazo exequível, quando cabível;

III – aplicar sanções e promover cancelamento do registro ou rescisão, conforme o caso.

20.6. Reincidência, gradação e critérios objetivos de dosimetria

20.6.1. Reincidência

Considera-se reincidência a repetição de infração idêntica ou equivalente, no mesmo item, ou em itens diversos, dentro de janela de acompanhamento definida no contrato/ARP, especialmente quando já houver advertência anterior.

20.6.2. Critérios de dosimetria

A sanção considerará:

I – gravidade e risco à segurança;

II – impacto na continuidade do serviço educacional;

III – extensão do dano (ou potencial dano);

IV – vantagem obtida;

- V – colaboração e pronta correção;
- VI – histórico de conformidade;
- VII – repetição e resistência em atender determinações;
- VIII – grau de culpabilidade (dolo/culpa).

20.6.3. Escalonamento recomendado (macro)

- I – Advertência: primeira ocorrência, baixa materialidade, correção imediata;
- II – Multa: materialidade média/alta, prejuízo operacional, ou falha que exija reprogramação;
- III – Impedimento de licitar e contratar: reincidência relevante, falha grave de continuidade/segurança, incapacidade operacional comprovada, recusa injustificada, ou conduta incompatível com boa-fé.

20.7. Procedimento para aplicação de sanções (devido processo)

20.7.1. A aplicação de sanções observará procedimento formal com:

- I – instauração;
- II – indicação clara dos fatos, evidências, item do SRP e enquadramento;
- III – prazo para defesa e contraditório;
- IV – análise técnica da fiscalização/gestão;
- V – decisão motivada pela autoridade competente;
- VI – registro e publicidade na forma legal.

20.7.2. A Administração poderá adotar medidas cautelares proporcionais (ex.: exigência imediata de substituição, reforço de frota, ajuste de programação) para preservar a continuidade e segurança, sem antecipar juízo sancionatório.

20.8. Cancelamento do registro, rescisão e comunicações a órgãos de controle

20.8.1. Cancelamento do registro (ARP)

Poderá ser promovido, motivadamente, quando houver:

- I – descumprimento reiterado;
- II – perda de condições;
- III – comportamento incompatível com continuidade/segurança;
- IV – recusa em cumprir determinações;
- V – hipóteses legais e editalícias aplicáveis.

20.8.2. Rescisão contratual

A rescisão poderá ocorrer nas hipóteses legais e contratuais, inclusive por execução inadequada reiterada, falhas graves de segurança, interrupção do serviço, ou incapacidade operacional.

20.8.3. Comunicações e responsabilização ampliada

Sem prejuízo das medidas internas, condutas graves, especialmente aquelas que indiquem fraude, má-fé, falsidade documental, conluio, tentativa de frustrar competitividade, ou risco concreto ao serviço, poderão ensejar comunicações às autoridades e órgãos competentes, inclusive para providências de controle externo, quando cabível e devidamente motivado.

21 – DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Disposições gerais e finalidade

21.1.1. As garantias previstas neste Termo de Referência possuem natureza instrumental e assecuratória, destinando-se a:

I – mitigar riscos de desistência imotivada, comportamento oportunista ou não manutenção das condições ofertadas na fase de proposta;

II – reforçar a seriedade das propostas e a confiabilidade do certame, em especial diante da criticidade do serviço (mobilidade regular de beneficiários vinculados à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação) e da necessidade de continuidade;

III – resguardar a Administração quanto a eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento, execução irregular, atrasos de mobilização e demais hipóteses disciplinadas em edital, ARP e eventual contrato.

21.1.2. As garantias serão exigidas e processadas por item do SRP, considerando a estrutura do objeto e a possibilidade de julgamento/adjudicação por item (Item 1 – ônibus urbano; Item 2 – ônibus rodoviário; Item 3 – micro-ônibus), observadas as regras do edital, da ARP e do instrumento contratual.

21.2. Garantia de Proposta (1% do valor global do item)

21.2.1. Exigência e base de cálculo

21.2.1.1. Será exigida garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento), calculada sobre o valor global estimado do respectivo item para o qual a licitante apresentar proposta, como condição de participação e de validação da proposta no certame, nos termos do edital e da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1.2. A licitante que concorrer a mais de um item deverá apresentar garantia individualizada por item, proporcional ao respectivo valor global do item.

21.2.2. Modalidades admitidas

21.2.2.1. A garantia de proposta poderá ser prestada por meio de uma das modalidades legalmente admitidas (a serem detalhadas no edital), tais como:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

21.2.2.2. A garantia deverá ser apresentada com validade mínima de 120 (cento de vinte) dias, admitida prorrogação quando necessário, mediante formalização.

21.2.3. Hipóteses de execução/retensão

21.2.3.1. A garantia de proposta poderá ser executada, total ou parcialmente, conforme o caso, nas hipóteses previstas no edital e na legislação aplicável, notadamente quando houver:

- I – retirada da proposta durante o prazo de validade, sem justificativa aceita pela Administração;
- II – recusa injustificada em assinar a ARP e/ou o contrato, quando convocada, nos prazos e condições previstos;
- III – não apresentação de documentos necessários à formalização, quando exigidos no momento próprio, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.2.3.2. A execução da garantia de proposta não afasta a aplicação de penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

21.2.4. Restituição/liberação

21.2.4.1. A garantia de proposta será devolvida/liberada às licitantes não vencedoras após a conclusão das fases pertinentes e a consolidação do resultado, observadas as cautelas de segurança jurídica e a tramitação recursal.

21.2.4.2. Para a licitante vencedora, a garantia de proposta será liberada após a formalização da ARP/contrato e a substituição, quando aplicável, pela garantia contratual, ressalvadas hipóteses de execução previstas no edital.

21.2.5 A exigência de garantia de proposta tem por finalidade reforçar a seriedade das ofertas, preservar a isonomia entre os licitantes, assegurar tratamento igualitário aos concorrentes efetivamente aptos e mitigar a participação de interessados que atuem de forma aventureira ou meramente protelatória, contribuindo para a eficiência, segurança jurídica e regularidade do certame.

21.3. Garantia Contratual (5% do valor global contratado)

21.3.1. Exigência, base de cálculo e finalidade

21.3.1.1. Será exigida garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, como condição para assinatura do contrato e/ou para emissão de ordem de início, quando assim definido no instrumento convocatório.

21.3.1.2. A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto a:

- I – mobilização inicial da operação dentro do prazo pactuado;
- II – manutenção contínua da capacidade operacional e do atendimento às Ordens de Serviço;
- III – manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%), quando aplicável;
- IV – disponibilidade de motoristas habilitados e monitores quando aplicável, conforme requisitos do TR;
- V – substituição tempestiva de veículos, continuidade e regularidade do serviço;
- VI – reparação de danos, ressarcimentos, multas e demais obrigações pecuniárias decorrentes de inadimplemento.

21.3.2. Prestação por item/contrato e adequação ao SRP

21.3.2.1. Considerando a lógica do SRP, a garantia contratual será exigida no momento da formalização do contrato decorrente da ARP, tomando por base o valor global do contrato (por item ou por conjunto de itens efetivamente contratados), conforme a forma de contratação adotada pela Administração.

21.3.2.2. Em contratações por item (adjudicação e contratação segregadas), a garantia será calculada e prestada de forma individualizada para o respectivo contrato do item.

21.3.3. Modalidades admitidas

21.3.3.1. A garantia contratual poderá ser prestada por uma das modalidades legalmente admitidas (a serem detalhadas no edital/contrato), tais como:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

21.3.3.2. A garantia deverá permanecer válida e vigente por todo o prazo contratual, e, quando cabível, por período adicional para cobertura de obrigações remanescentes, inclusive glosas, multas, ressarcimentos e responsabilidades verificadas ao final da execução, conforme disciplinado no contrato.

21.3.4. Reposição, complementação e atualização

21.3.4.1. A contratada deverá repor ou complementar a garantia no prazo a ser fixado no contrato, sempre que:

I – houver execução parcial;

II – houver aumento do valor contratual que implique majoração do valor garantido;

III – houver prorrogação contratual que exija ajuste da vigência da garantia.

21.3.4.2. A ausência de reposição/complementação, quando devida, constituirá descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às medidas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021 (inclusive suspensão de pagamentos, glosas, e demais providências cabíveis, conforme motivação).

21.3.5. Hipóteses de execução da garantia contratual

21.3.5.1. A garantia contratual poderá ser executada, no todo ou em parte, para cobertura de prejuízos decorrentes de inadimplemento, incluindo, sem prejuízo de outros previstos no contrato:

I – atraso injustificado na mobilização inicial (incluindo a obrigação de apresentação mínima de frota em prazo definido);

II – não disponibilização/manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%), quando aplicável;

III – ausência de monitor quando exigível por tipo de veículo/rota;

IV – substituição tardia de veículo, falhas recorrentes de disponibilidade, ou interrupção do serviço;

V – multas aplicadas, glosas definitivas, ressarcimentos e indenizações decorrentes de falhas de execução;

VI – despesas administrativas necessárias para assegurar continuidade emergencial do serviço, quando imputáveis à contratada.

21.3.5.2. A execução da garantia não substitui nem limita a responsabilização administrativa, civil e/ou outras medidas sancionatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

21.3.6. Liberação da garantia contratual

21.3.6.1. A liberação da garantia contratual ocorrerá após o encerramento da execução, com a devida comprovação de cumprimento integral das obrigações, observados:

I – o recebimento definitivo/atesto final, quando aplicável;

II – a inexistência de pendências administrativas (multas, glosas, ressarcimentos) ou a sua adequada composição;

III – a conclusão de apurações de responsabilidade em curso, quando houver, sem prejuízo do devido processo.

21.3.6.2. Havendo pendências, a Administração poderá reter a garantia até sua solução, de forma motivada e proporcional.

21.4. Regras de governança, devido processo e compatibilidade com controle externo

21.4.1. A exigência, manutenção, execução e liberação das garantias observarão os princípios da Lei nº 14.133/2021, notadamente legalidade, motivação, eficiência, economicidade, segurança jurídica, transparência, julgamento objetivo e segregação de funções.

21.4.2. Qualquer execução de garantia será precedida de registro formal das ocorrências, instrução mínima, contraditório e motivação, assegurando rastreabilidade e conformidade com padrões de controle (TCE/TCU).

21.4.3. As garantias não serão utilizadas como mecanismo de restrição indevida à competitividade; sua previsão é vinculada ao risco do objeto e à necessidade de continuidade do serviço público essencial, em coerência com o planejamento e com os requisitos operacionais pactuados.

22. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

22.1 Habilitação jurídica:

22.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

22.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

22.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

22.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

22.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

22.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

22.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.1.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

22.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

22.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

22.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

22.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

22.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

22.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

22.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

22.2.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.3 Qualificação Econômico-Financeira:

22.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

22.3.1.1 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

22.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

22.3.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou

Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

22.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

22.3.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial;
- ou Publicados em jornal de grande circulação;
- ou Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

22.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser

demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ISG = AT / (PC + ELP)$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ILC = AC / PC$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

22.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

22.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.4.1. Registro e regularidade junto ao DETRO/RJ (Transporte Rodoviário Intermunicipal e trânsito em rodovias estaduais)

22.4.1.1. A licitante deverá comprovar que se encontra regular e apta perante o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ, mediante apresentação de documento hábil que evidencie sua autorização/registro/cadastro vigente, conforme as normas aplicáveis ao transporte coletivo de passageiros, quando exigível.

22.4.1.2. A exigência prevista no subitem anterior justifica-se tecnicamente em razão de que, embora parte das rotas possua natureza municipal, o traçado operacional efetivo poderá envolver deslocamentos que atravessam ou utilizam trechos de rodovias estaduais, circunstância que demanda aderência às regras de fiscalização, regularidade operacional e segurança sob competência estadual, sem prejuízo de outras normas incidentes.

22.4.1.3. O atendimento a este requisito visa assegurar que a futura contratada possua capacidade regulatória mínima, estrutura de operação compatível e aptidão formal para execução do serviço, resguardando a Administração quanto aos princípios da segurança jurídica, eficiência, continuidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.4.2. Atestado(s) de capacidade técnica – comprovação mínima de 50% por item

22.4.2.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, demonstrando experiência mínima equivalente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade demandada para cada item para o qual esteja concorrendo, considerando-se:

I – Item 01 – Ônibus Urbano Municipal;

II – Item 02 – Ônibus Rodoviário;

III – Item 03 – Micro-ônibus.

22.4.2.2. Para fins de aferição da compatibilidade, serão observados, de forma objetiva, os critérios de similaridade e pertinência técnica, considerando, no mínimo:

I – natureza do serviço (transporte regular/continuado de passageiros);

II – tipo de veículo empregado (urbano/rodoviário/micro);

III – volume operacional (quantitativos e/ou frota disponibilizada);

IV – regularidade e continuidade da execução (rotina operacional e atendimento programado).

22.4.2.3. A exigência do quantitativo mínimo de 50% por item encontra-se tecnicamente motivada: I – pelo vulto da contratação, em razão do quantitativo operacional estimado e do caráter continuado do serviço;

II – pela criticidade e delicadeza do objeto, considerando que o transporte atende majoritariamente crianças e adolescentes, demandando padrões reforçados de confiabilidade, segurança, continuidade e previsibilidade operacional;

III – pela necessidade de mitigação de riscos de descontinuidade do serviço público essencial, com observância aos princípios da eficiência, segurança jurídica, interesse público e planejamento, conforme Lei nº 14.133/2021.

22.4.2.4. Será admitida a apresentação de mais de um atestado para composição do quantitativo mínimo exigido, desde que, em conjunto, atendam integralmente ao percentual estabelecido para o item disputado e guardem compatibilidade técnica com o objeto.

22.4.2.5. Os atestados deverão ser apresentados exclusivamente em nome da matriz da licitante, não sendo admitidos atestados emitidos em nome de filiais, por se tratar de requisito de qualificação técnica diretamente vinculado à identificação do sujeito licitante e à aferição objetiva de sua capacidade operacional central, para fins de segurança jurídica, padronização documental e rastreabilidade do julgamento.

22.4.2.6. Os atestados deverão conter, obrigatoriamente, informações mínimas que permitam a aferição objetiva e a rastreabilidade, incluindo:

I – identificação completa do emitente (razão social, CNPJ, endereço);

II – identificação do contratado (razão social e CNPJ da matriz);

III – descrição clara do objeto executado;

IV – período de execução e localidade;

V – quantitativos executados e/ou frota empregada;

VI – nome, cargo e assinatura do responsável pelo atesto;

VII – meios de contato verificáveis do emitente (telefone institucional, e-mail e/ou endereço funcional).

22.4.2.7. Os atestados e certidões apresentados poderão ser submetidos à verificação quanto à veracidade de seu conteúdo pelo Pregoeiro/Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sempre que necessário, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 337-F do Código Penal, sem prejuízo de outras providências administrativas e legais cabíveis.

22.4.3. Declaração de disponibilidade de garagem em raio máximo de 15 km

22.4.3.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, quando da contratação, de garagem operacional localizada em raio máximo de 15 km da sede da Secretaria Municipal de Educação, destinada ao apoio logístico, estacionamento, mobilização, substituição e pronta resposta operacional da frota.

22.4.3.2. A exigência possui motivação técnica e operacional, visando:

I – assegurar capacidade de resposta imediata em caso de falhas mecânicas, atrasos, substituições e contingências;

II – garantir continuidade do serviço e mitigação de riscos de interrupção;

III – reduzir tempo de deslocamento para atendimento corretivo e reposição de frota, em alinhamento com a obrigação de regularidade e previsibilidade do transporte.

22.4.4. Declaração de disponibilidade de frota reserva operacional mínima por item (10%)

22.4.4.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, quando da contratação, de frota reserva operacional mínima por item, equivalente a 10% (dez por cento) da frota demandada/contratada no respectivo item, destinada exclusivamente à cobertura de substituições, contingências e manutenção da continuidade do serviço.

22.4.4.2. A frota reserva operacional constitui requisito essencial de segurança e continuidade, compatível com a criticidade do serviço, com a finalidade de evitar:

I – descontinuidade do transporte por indisponibilidade de veículos;

II – prejuízo ao calendário escolar e à mobilidade dos beneficiários;

III – riscos à segurança e à previsibilidade do serviço público.

22.4.5. Declaração de mobilização inicial mínima (50% da frota em até 07 dias)

22.4.5.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) da frota demandada/contratada, no prazo máximo de 07 (sete) dias contados da assinatura do contrato, como condição de mobilização inicial da operação.

22.4.5.2. O requisito visa garantir prontidão operacional compatível com o interesse público, considerando que a prestação do serviço é contínua, programada e vinculada à execução de política pública educacional, sendo inadmissível a defasagem de frota que comprometa o início regular do atendimento.

22.4.6. Declaração de recebimento de documentos e ciência das condições locais

22.4.6.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de que:

I – recebeu todos os documentos necessários para participação;

II – tomou conhecimento de todas as informações e condições locais relevantes à execução do objeto;

III – possui plena ciência das rotas, peculiaridades operacionais e exigências do Termo de Referência, assumindo responsabilidade pela proposta apresentada.

22.4.7. Vistoria técnica facultativa (loais e rotas) e Atestado de Visita

22.4.7.1. O licitante interessado poderá realizar vistoria técnica nos locais e nas rotas onde serão executados os serviços, inclusive rotas municipais e intermunicipais, com a finalidade de conhecer as condições reais de execução, características viárias, logística de mobilização, horários e demais variáveis operacionais relevantes.

22.4.7.2. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

22.4.7.3. Para realização da vistoria, o licitante deverá estar devidamente identificado, observando-se as orientações administrativas e de segurança, devendo apresentar, em sua documentação de habilitação, o respectivo Atestado de Visita, assinado por representante indicado pela Administração.

22.4.8. Declaração de não realização de vistoria

22.4.8.1. Caso a licitante opte pela não realização da vistoria prevista no subitem 22.4.7, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, informando que:

I – possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

II – assume total responsabilidade pela não realização da vistoria;

III – não utilizará tal prerrogativa para alegações futuras que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

22.4.9. Rastreabilidade documental e exigência de informações de contato do emitente

22.4.9.1. Toda a documentação apresentada para fins de qualificação técnica deverá conter informações suficientes para permitir contato com o emitente/atestante, inclusive endereço, telefone e e-mail válidos, de modo a viabilizar eventual aferição e rastreabilidade, quando necessário.

22.4.10. Consequência da não apresentação – inabilitação imediata

22.4.10.1. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos neste item 22.4 – Qualificação Técnica, nos termos, formas e condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, ensejará a imediata inabilitação da licitante, por descumprimento objetivo de requisito de habilitação técnica.

22.4.10.2. A inabilitação será formalizada de modo motivado, com registro nos autos e observância ao devido processo administrativo, resguardando-se os princípios do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, segurança jurídica e interesse público.

22.4.11 – Observações sobre diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) x vedação de inclusão de documento inexistente

22.4.11.1. Para fins de interpretação e aplicação das regras de habilitação técnica previstas neste Termo de Referência e no Edital, esclarece-se que a Administração poderá promover diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente com a finalidade de:

I – esclarecer informações já constantes da documentação apresentada;

II – sanar dúvidas objetivas quanto ao conteúdo de documento já juntado;

III – confirmar autenticidade, validade ou consistência formal de documento existente;

IV – complementar informações acessórias que não impliquem alteração substancial do conteúdo originalmente apresentado.

22.4.11.2. A realização de diligência não se confunde com a possibilidade de apresentação tardia de documento essencial inexistente no momento oportuno da habilitação, sendo expressamente vedada a utilização do procedimento diligencial como meio de:

I – suprir ausência de documento obrigatório;

II – inserir documento novo que deveria ter sido apresentado no prazo regular de habilitação;

III – alterar substancialmente o conteúdo da documentação originalmente apresentada, de forma a modificar o resultado objetivo do julgamento.

22.4.11.3. Assim, a diligência administrativa constitui instrumento de formalismo moderado e racionalidade procedimental, voltado à preservação da competitividade e à busca do melhor resultado para a Administração, porém não pode ser utilizada para afastar a vinculação ao instrumento convocatório, tampouco para permitir tratamento desigual entre licitantes.

22.4.11.4. Desse modo, eventual ausência de documento obrigatório previsto no item 22.4 – Qualificação Técnica configura descumprimento objetivo de requisito de habilitação, ensejando a inabilitação imediata, não sendo admissível sua juntada posterior em sede de diligência, recurso ou contrarrazões, sob pena de violação aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, segurança jurídica e vinculação ao edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.4.11.5. O presente subitem visa conferir máxima clareza e previsibilidade ao procedimento, assegurando que a análise de habilitação observe critérios objetivos, rastreáveis e uniformes, com

mitigação de riscos de nulidade, favorecimento indevido ou flexibilização incompatível com a legalidade estrita aplicável à fase de habilitação.

23 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

23.1. O valor total estimado para a presente compra é de R\$ 120.301.500,00 (cento e vinte milhões trezentos e um mil e quinhentos reais), tendo como base a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras.

24 – INDICAÇÃO DA FONTE DOS RECURSOS AO QUAL A DESPESA OCORRERÁ:

- PT: 16.12.361.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.364.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.361.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.364.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1500
- PT: 16.12.361.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.364.0012.2061; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.361.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704
- PT: 16.12.364.0012.2192; ND: 3.3.90.39.00.00; FONTE: 1704

25 – DA NÃO REALIZAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

25.1. Considerando a natureza e a especificidade do objeto deste Termo de Referência — voltado à contratação, por Sistema de Registro de Preços (SRP), de solução operacional de transporte destinada à mobilidade regular de beneficiários vinculados à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação, registra-se que, no âmbito da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Araruama, a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) é, na presente contratação, o único órgão demandante e efetivo usuário do objeto, justamente em razão de sua finalidade pública específica, do perfil do público atendido e das rotas/itinerários associados à programação educacional.

25.2. Nesse contexto, não se verifica utilidade administrativa concreta na realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a IRP constitui instrumento voltado, em regra, à identificação prévia de outros órgãos/entidades interessados em participar do registro, possibilitando planejamento integrado, padronização de demandas e eventual ganho de escala quando houver pluralidade de usuários internos.

25.3. Por conseguinte, e com fundamento no §1º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a SEDUC optou motivadamente por não realizar a IRP, uma vez que:

I – inexistência de pluralidade de órgãos usuários no âmbito desta Municipalidade para o objeto em tela, por sua especificidade funcional e finalística;

II – a eventual abertura de IRP, sem perspectiva real de adesão interna, implicaria ônus procedimental e dilação de cronograma sem correspondente ganho de eficiência, contrariando os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade, planejamento e interesse público (Lei nº 14.133/2021);

III – a contratação, embora sob SRP, demanda arranjo operacional e critérios de execução diretamente vinculados à rotina administrativa da SEDUC (itens/rotas/turnos, mobilização inicial, frota reserva

operacional por item, monitores quando aplicável, garagem em raio definido, entre outros), o que reforça a singularidade da demanda e a inexistência de previsibilidade de utilização por outros órgãos.

25.4. Registra-se que a presente opção não afasta a observância integral do regime jurídico do SRP, permanecendo plenamente aplicáveis as regras de publicidade, planejamento, motivação, segregação de funções, julgamento objetivo, gestão e fiscalização contratual, bem como as condições de execução, medição e penalidades previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e em eventual instrumento contratual.

25.5. Por fim, consigna-se que a decisão administrativa de não realizar IRP, por inexistência de outros órgãos usuários internos, integra a motivação do planejamento e preserva a coerência do modelo de contratação, evitando formalismos desnecessários e assegurando a condução do procedimento em conformidade com as boas práticas de governança e com a Lei nº 14.133/2021

26 – DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

26.1. Regra geral e fundamento.

Em razão da natureza do objeto — prestação continuada, sob demanda, de serviço essencial à política pública educacional, envolvendo transporte regular de beneficiários com predominância de usuários em idade escolar e rotas municipais e intermunicipais — fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a cessão, transferência, terceirização ou repasse da execução a terceiros, a qualquer título, ainda que de forma gratuita, temporária ou sob a alegação de reforço operacional, salvo autorização expressa e formal da Administração, quando e se admitida em caráter absolutamente excepcional, mediante decisão motivada da autoridade competente e estrita observância do Edital, da Lei nº 14.133/2021 e das condições deste Termo de Referência.

26.2. Justificativa técnica e de governança.

A vedação ora estabelecida decorre de necessidade objetiva de preservar a rastreabilidade, a governança, a responsabilidade integral e a segurança operacional do serviço, considerando, entre outros fatores:

- I – a exigência de mobilização inicial com prazos definidos e controle efetivo de disponibilidade;
- II – a manutenção contínua de frota reserva operacional mínima por item (10%), cuja efetividade depende de comando operacional unificado e disponibilidade imediata;
- III – a obrigação de disponibilização de monitores, quando aplicável, e de equipe compatível com a programação oficial;
- IV – o dever de garantir continuidade e regularidade do serviço, sem interrupções, substituições tardias de veículos ou desorganização operacional;
- V – a necessidade de fiscalização eficiente e objetiva, com identificação clara de responsáveis por veículos, motoristas, monitores, garagem, manutenção, seguros, documentação e demais obrigações legais;
- VI – a mitigação de riscos de desvio de controle, fragmentação de responsabilidades e dificuldade de apuração de conformidade, especialmente em serviço de natureza sensível e com impactos diretos na segurança de usuários.

26.3. Responsabilidade integral e indelegável da Contratada.

A Contratada permanecerá única, integral e exclusivamente responsável pela execução do objeto, inclusive

por:

- I – disponibilização e manutenção dos veículos por item, com observância dos requisitos técnicos mínimos;
- II – fornecimento e gestão de motoristas e monitores (quando aplicável), com habilitação e regularidade;
- III – cumprimento das rotas, horários e Ordens de Serviço, assegurando pontualidade e continuidade;
- IV – manutenção da frota reserva operacional por item e substituição imediata de veículos;
- V – encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e quaisquer custos inerentes ao serviço;
- VI – danos a terceiros e ao Contratante decorrentes de falhas, omissões ou desconformidades na execução.

26.4. Vedação específica a “intermediação” e uso de frota/equipe de terceiros.

Para fins deste Termo de Referência, considera-se subcontratação vedada, entre outras hipóteses:

- I – execução do serviço por veículos não vinculados à Contratada, operados por terceiros;
- II – disponibilização de motoristas/monitores vinculados a empresas diversas, sem vínculo formal e direto com a Contratada (inclusive por “cessão” informal);
- III – repasse de rotas, turnos, itinerários ou Ordens de Serviço a terceiros;
- IV – utilização de “consórcios de fato”, “parcerias operacionais”, “associações” ou arranjos similares não previstos e não formalmente admitidos no Edital;
- V – emissão de documentos, relatórios, controles e registros operacionais por terceiro estranho à relação contratual.

26.5. Exceção estrita e requisitos cumulativos.

Caso a Administração, em situação excepcional, venha a admitir, por decisão motivada da autoridade competente, alguma forma restrita de subcontratação apenas para atividades acessórias (não nucleares) — hipótese que dependerá de previsão editalícia e compatibilidade com este TR — esta somente poderá ocorrer mediante cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- I – solicitação formal e prévia da Contratada, com justificativa técnica e demonstrativo de risco/impacto;
- II – identificação completa do terceiro, com documentação de regularidade e aptidão técnica compatível;
- III – comprovação de que a medida não compromete mobilização inicial, frota reserva, monitoramento e continuidade;
- IV – manutenção da responsabilidade integral da Contratada, sem solidariedade substitutiva;
- V – aprovação expressa e formal, previamente à execução, pela Administração.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, é vedada a subcontratação de parcela nuclear do objeto, assim entendida aquela que envolva diretamente a execução do transporte (veículos, motoristas, monitores e operação das rotas).

26.6. Consequências do descumprimento.

A constatação de subcontratação em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital, com a ARP e/ou com o contrato, configura infração contratual grave, sujeitando a Contratada, conforme o caso e sem prejuízo de outras medidas:

- I – à glosa dos valores correspondentes aos serviços executados irregularmente;
- II – à aplicação das penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência (Capítulo de Penalidades), no Edital e na Lei nº 14.133/2021;
- III – ao cancelamento do registro na ARP, quando aplicável, por descumprimento de condições;
- IV – à rescisão contratual, quando formalizada contratação específica;
- V – ao encaminhamento aos órgãos competentes, quando houver indícios de fraude, simulação, conluio ou outras condutas reprováveis, para apuração de responsabilidades.

26.7. Compatibilidade com fiscalização e segregação de funções.

A vedação à subcontratação também se justifica para assegurar fiscalização efetiva, motivação e rastreabilidade, preservando a governança do ajuste, a segregação de funções e a possibilidade de controle interno e externo, com identificação objetiva do responsável pela execução e pela correção imediata de eventuais desconformidades

27 – DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

27.1. Vedação.

Fica vedada a participação de licitantes reunidas em consórcio, sob qualquer forma de constituição, para os fins do procedimento licitatório e do registro de preços decorrente deste Termo de Referência, não sendo admitida a apresentação de proposta, documentação de habilitação ou execução contratual em regime consorcial.

27.2. Fundamento legal e discricionariedade técnica motivada.

A presente vedação é estabelecida com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que admite a participação em consórcio como faculdade da Administração, condicionada à avaliação de conveniência e oportunidade devidamente motivada no planejamento e no instrumento convocatório, em observância aos princípios da segurança jurídica, eficiência, julgamento objetivo, motivação, isonomia e competitividade (art. 5º), bem como às diretrizes de governança e segregação de funções (art. 11), aplicadas à estruturação e ao controle da contratação.

27.3. Razões técnicas e de governança que justificam a vedação.

A vedação à participação em consórcio decorre de juízo técnico-administrativo motivado, alinhado ao desenho da solução e à matriz de riscos do serviço, considerando, especialmente:

- a) Natureza e criticidade do objeto: a contratação envolve serviço contínuo, essencial e sensível, diretamente associado à mobilidade regular de beneficiários atendidos por política pública educacional, com predominância de crianças e adolescentes (rede municipal) e, também, deslocamentos intermunicipais (universitários), exigindo continuidade, pontualidade, confiabilidade operacional, resposta imediata a falhas e governança clara de responsabilidades;
- b) SRP por itens e gestão operacional segregada: o objeto está estruturado em itens distintos (ônibus urbano, ônibus rodoviário e micro-ônibus), com regras próprias de mobilização inicial, frota reserva operacional mínima por item (10%), monitor quando aplicável e substituição tempestiva, além de medições e pagamentos por item, o que exige cadeia decisória única e responsabilidade operacional centralizada, sob pena de fragmentação indevida de comando e dificuldade de responsabilização;

c) Risco de diluição de responsabilidades e complexidade de responsabilização: no regime consorcial, há risco relevante de diluição de responsabilidade entre consorciadas, especialmente em eventos críticos (ex.: atraso na mobilização inicial, indisponibilidade de frota reserva, falha de monitor, substituição tardia de veículo, descumprimentos reiterados), o que compromete a efetividade de glosas, multas e sanções, além de elevar a complexidade de apuração, contraditório e responsabilização individualizada;

d) Gestão e fiscalização “padrão controle”: o modelo de fiscalização planejado pressupõe rastreabilidade, atesto por execução, verificação de conformidade operacional e aplicação de penalidades graduadas de modo objetivo. A participação em consórcio tende a aumentar o custo de transação administrativa e o risco de disputas internas entre consorciadas sobre alocação de falhas, com potencial impacto na eficiência e na segurança jurídica do contrato;

e) Exigências operacionais e de infraestrutura: há requisitos operacionais específicos, como disponibilidade de garagem em raio máximo de 15 km da Secretaria Municipal de Educação, mobilização mínima inicial e manutenção de capacidade operacional imediata (frota própria/mobilizável), que demandam capacidade gerencial e logística integrada. A atuação consorcial, por sua natureza, pode criar arranjos logísticos e decisórios mais complexos, elevando o risco de descontinuidade;

f) Mitigação de riscos de governança, integridade e controle: a vedação contribui para reduzir riscos associados a coordenação entre consorciadas, disputas de liderança/representação, rotatividade interna e eventual substituição informal de executores, preservando a coerência com a vedação de subcontratação (quando aplicável) e com as regras de responsabilidade integral da Contratada.

27.4. Adequação à competitividade e proporcionalidade.

A vedação não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado de transporte fretado/locação com operação dispõe, em regra, de empresas com capacidade de execução individual compatível, e o próprio desenho do SRP por itens permite a participação conforme interesse e capacidade do licitante, preservando a disputa e o julgamento objetivo. Trata-se de medida proporcional e adequada à criticidade e à necessidade de controle do serviço, priorizando a continuidade e a segurança dos usuários.

27.5. Responsabilidade integral e efeitos práticos.

A licitante vencedora será considerada responsável integral pela execução do objeto relativo ao(s) item(ns) adjudicado(s), inclusive quanto à mobilização inicial, manutenção da frota, disponibilidade de frota reserva operacional por item (10%), disponibilização de monitores quando aplicável, substituição tempestiva de veículos e cumprimento de itinerários e horários, sem prejuízo de glosas, multas, sanções e demais consequências previstas neste Termo de Referência, no Edital, na ARP e no eventual Contrato.

27.6. Vedação a expedientes equivalentes.

A vedação ao consórcio alcança, igualmente, arranjos que produzam efeito equivalente, tais como apresentação de proposta “em conjunto”, divisão artificial de execução entre empresas sem responsabilidade central, ou qualquer forma de associação que comprometa a identificação objetiva do responsável pela execução e a efetividade da fiscalização e responsabilização, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

27.7. Declaração e verificação.

A licitante deverá declarar, quando exigido pelo Edital, que não participa do certame em consórcio, bem como que não mantém arranjos equivalentes que descaracterizem a responsabilidade individual pela

execução, podendo a Administração realizar as verificações cabíveis durante o procedimento, preservando o julgamento objetivo, a motivação dos atos e a segurança jurídica do certame.

27.8 – Cláusula de motivação e gestão de riscos (vedação de consórcio)

27.8.1. Registra-se que a vedação à participação de empresas em consórcio, prevista neste Termo de Referência e no Edital, constitui medida motivada de governança e gestão de riscos, adotada pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021, visando assegurar maior controle, rastreabilidade, eficiência e segurança jurídica na execução contratual.

27.8.2. Considerando a natureza do objeto — prestação de serviço continuado e essencial à política pública de mobilidade escolar, envolvendo transporte diário de estudantes, inclusive crianças e adolescentes, com exigências específicas de continuidade operacional, disponibilidade mínima de frota por item, frota reserva operacional, mobilização inicial em prazo reduzido e monitoramento quando aplicável — entende-se que a execução por consórcio tende a elevar os riscos de fragmentação de responsabilidades, divergência operacional, dificuldades de fiscalização e maior complexidade na responsabilização por falhas, prejudicando o interesse público.

27.8.3. Assim, a restrição ora adotada busca preservar a integridade do planejamento, o julgamento objetivo, a isonomia, a eficiência, a segurança jurídica e a continuidade do serviço público, sem prejuízo da ampla competitividade do certame por meio da participação individual de empresas que atendam aos requisitos de habilitação e execução estabelecidos.

28 – CONDIÇÕES GERAIS

28.1. Caráter referencial das rotinas operacionais e quantitativos.

As rotinas operacionais, parâmetros de execução, especificações técnicas, itinerários, estimativas de quantitativos, frequências e demais condições previstas neste Termo de Referência constituem diretrizes gerais e referenciais mínimos para a adequada execução do objeto, considerando a natureza continuada e sob demanda do serviço, vinculada à programação oficial da Secretaria Municipal de Educação.

28.1.1. Em razão da dinâmica própria do transporte escolar e da necessidade de adequação às rotas, horários, calendário letivo, demanda de alunos e condições operacionais supervenientes, admite-se que ocorram ajustes operacionais pontuais, desde que:

I – formalmente motivados pela Administração;

II – compatíveis com o objeto e com os limites do Edital, ARP e eventual contrato;

III – sem descaracterização da solução contratada;

IV – preservados os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, eficiência, continuidade do serviço público e segurança jurídica.

28.2. Não exaustividade e vedação de alegação oportunista.

A eventual ocorrência de indefinições, omissões, falhas materiais ou incorreções redacionais não autoriza a Contratada a:

I – interromper a execução do serviço;

II – reduzir padrões de qualidade, segurança, continuidade ou regularidade;

- III – exigir pagamento adicional, recomposição indevida, “serviços extras” ou acréscimos não formalizados;
- IV – alterar unilateralmente a metodologia de execução, frota, equipe, itinerários ou demais condições pactuadas.

28.2.1. Considera-se a Contratada empresa especializada na prestação do serviço, devendo ter incluído na composição de seus preços todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive aqueles inerentes à mobilização, substituições, frota reserva operacional mínima por item, disponibilização de monitores quando aplicável, logística, garagem, manutenção, seguros, pessoal, tributos e demais obrigações correlatas.

28.3. Prevalência do interesse público e continuidade do serviço educacional.

A execução do objeto deverá ser conduzida de forma a garantir, em caráter permanente, a continuidade do serviço público educacional, especialmente por envolver transporte de estudantes, devendo a Contratada adotar todas as medidas necessárias para evitar atrasos, paralisações, falhas de cobertura e interrupções, inclusive mediante acionamento imediato da frota reserva operacional mínima por item.

28.4. Vedação à cobrança de “materiais/serviços extras” por omissões implícitas.

Eventuais complementações operacionais necessárias à execução regular do serviço — ainda que não descritas de forma minuciosa em todos os seus aspectos — serão consideradas inerentes ao objeto, desde que compatíveis com a natureza do serviço e com as exigências mínimas deste Termo de Referência, não ensejando pagamento adicional ou alteração da composição de preços.

28.5. Formalização e limites para alterações operacionais.

Qualquer ajuste operacional que implique impacto relevante em rotas, turnos, horários, quantitativos, forma de execução, substituição estrutural de frota ou equipe, ou qualquer outro elemento sensível, deverá ser precedido de registro formal, com motivação e autorização administrativa, resguardando a rastreabilidade do processo e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

28.6. Integração com o Edital, ARP e eventual contrato.

Este Termo de Referência integra o conjunto de documentos do procedimento licitatório e deverá ser interpretado em harmonia com o Edital, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e eventual instrumento contratual, prevalecendo, em caso de divergência:

- I – as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- II – o Edital e seus anexos;
- III – a ARP e/ou contrato;
- IV – as Ordens de Serviço formalmente emitidas pela Administração, dentro dos limites do objeto.

28.7. Responsabilidade da Contratada por planejamento e execução.

Compete exclusivamente à Contratada assegurar, de forma contínua e permanente, a estrutura necessária ao atendimento do objeto, respondendo integralmente por falhas operacionais, atrasos, omissões e desconformidades, sem prejuízo das glosas, penalidades e sanções previstas nos instrumentos convocatórios e na Lei nº 14.133/2021.

28.8. Cláusula de gestão de risco operacional.

A Contratada declara ciência de que as rotas, itinerários, condições locais de tráfego, acessos, distâncias, tempos médios, pontos de embarque/desembarque e demais particularidades operacionais inerentes ao serviço constituem elementos previsíveis e inerentes ao objeto, razão pela qual não serão admitidas alegações posteriores de desconhecimento, insuficiência de informações ou imprevisibilidade ordinária como fundamento para pleitos de revisão, acréscimos, atrasos, paralisações, compensações financeiras ou qualquer medida que implique prejuízo à continuidade do serviço, especialmente quando a licitante tenha realizado vistoria ou, alternativamente, apresentado declaração formal de plena ciência e responsabilidade pela não realização da vistoria, nos termos do Edital e deste Termo de Referência.

Araruama, 20 de fevereiro de 2026.

Termo de referência elaborado por:

Aprovado por:

Fabio Leandro da Silva Pereira
Dir. Departamento de Administração

Valeria Cristina Tavares do Amaral
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

PROCESSO: xxxx/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** _____. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA)	VALOR MENSAL POR VEÍCULO (22 DIAS)	VALOR TOTAL MENSAL
01	LOCAÇÃO DE ONIBUS URBANO (DIÁRIA)	UN	150			
02	LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO (DIÁRIA)	UN	30			
03	LOCAÇÃO DE MICRO ONIBUS (DIÁRIA)	UN	10			
	VALOR TOTAL MENSAL					
	VALOR TOTAL 12 MESES					

Valor total da proposta é de _____ (_____)

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

ANEXO III

VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA)	VALOR MENSAL POR VEÍCULO (22 DIAS)	VALOR TOTAL MENSAL
01	LOCAÇÃO DE ONIBUS URBANO (DIÁRIA)	UN	150	R\$ 2.350,00	R\$ 51.700,00	R\$ 7.755.000,00
02	LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO (DIÁRIA)	UN	30	R\$ 2.896,25	R\$ 63.717,50	R\$ 1.911.525,00
03	LOCAÇÃO DE MICRO ONIBUS (DIÁRIA)	UN	10	R\$ 1.630,00	R\$ 35.860,00	R\$ 358.600,00
	VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 10.025.125,00	
	VALOR TOTAL 12 MESES				R\$ 120.301.500,00	

ANEXO IV

MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº: XXXX/2025

Processo Administrativo nº: XXXX/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº _____ do Processo Administrativo nº _____, que tem por objeto _____, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de () Microempresa, () Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº ____/____ do Processo Administrativo nº ____/____ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, Dia/Mês/Ano

**Assinatura do Representante legal
RG e CPF**

ANEXO V

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

(MODELO)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

(contador)

OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

..... E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pela Exma. Sra. _____, brasileira, solteira, inscrita no CPF (MF) sob o n.º _____, portadora da carteira de identidade RG nº _____, residente e domiciliada nesta Cidade e o Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente *Edital* nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA)	VALOR MENSAL POR VEÍCULO (22 DIAS)	VALOR TOTAL MENSAL
01	LOCAÇÃO DE ONIBUS URBANO (DIÁRIA)	UN	150			
02	LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO	UN	30			

	(DIÁRIA)					
03	LOCAÇÃO DE MICRO ONIBUS (DIÁRIA)	UN	10			
	VALOR TOTAL MENSAL					
	VALOR TOTAL 12 MESES					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário de acordo com XXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Será exigida garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, como condição para assinatura do contrato e/ou para emissão de ordem de início, quando assim definido no instrumento convocatório.

10.2. A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto a:

- I – mobilização inicial da operação dentro do prazo pactuado;
- II – manutenção contínua da capacidade operacional e do atendimento às Ordens de Serviço;
- III – manutenção da frota reserva operacional mínima por item (10%), quando aplicável;
- IV – disponibilidade de motoristas habilitados e monitores quando aplicável, conforme requisitos do TR;
- V – substituição tempestiva de veículos, continuidade e regularidade do serviço;
- VI – reparação de danos, ressarcimentos, multas e demais obrigações pecuniárias decorrentes de inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2025

O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pela Exma. Sra. Secretária Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, considerando o resultado da licitação nº/202..., publicada no de/202... para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº/202..., sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais n.º 09, 10, 11, 14 e 52 de fevereiro de 2024, e nos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no Portal da Transparência e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual de contratação de especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a(s) proposta(s) com preço(s) ora registrado(s), independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento NÃO vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de aquisição de para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

2.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

2.3 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Transparência do município:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA)	VALOR MENSAL POR VEÍCULO (22 DIAS)	VALOR TOTAL MENSAL
01	LOCAÇÃO DE ONIBUS URBANO (DIÁRIA)	UN	150			

02	LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO (DIÁRIA)	UN	30			
03	LOCAÇÃO DE MICRO ONIBUS (DIÁRIA)	UN	10			
	VALOR TOTAL MENSAL					
	VALOR TOTAL 12 MESES					

2.4 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)).

3.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

3.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

3.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no PNCP e no Portal da Transparência do Município;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata, observada a ordem de classificação;

- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

3.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município de Araruama.

3.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

4.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA: DO QUANTITATIVO

5.1 As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência no Anexo I, são as seguintes:

- a) previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver: (descrever quantidade).
- b) previsão de contratação pelos não-participantes: (descrever quantidade).

5.2 As quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b do item 5.1 são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3 As contratações adicionais de que trata o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

5.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o gerenciador e pelos participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

5.5.1 Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Termo de Referência.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

6.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 6.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 2, II do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, de acordo com a cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante

comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

6.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 6.3.5 e 6.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

6.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:

8.2.1 somente o saldo remanescente será mantido;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação; e

8.2.3 deverá ser confirmado se os preços registrados permanecem atualizados, por meio de pesquisa de preços realizada na forma dos Decretos nº 009 e 052/ 2024.

CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original.

9.2 A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

9.3 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes, na forma do art. 21 do Decreto nº 052/2024.

9.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 052/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

10.2 Na hipótese de que trata a alínea d do item 10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir

pela manutenção do registro de preços.

10.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do item 10.1 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

12.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo VII do Edital – Minuta de Contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

13.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias

contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.5 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Araruama, de de 202.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VIII

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>